

DOSSIÊ ACRE

DOCUMENTO ESPECIAL PARA A CÚPULA DOS POVOS - RIO DE JANEIRO, 2012



O Acre que os mercadores da natureza escondem

DOSSIÊ ACRE

DOCUMENTO ESPECIAL PARA A CÚPULA DOS POVOS - RIO DE JANEIRO, 2012



O Acre que os mercadores da natureza escondem



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

REGIONAL ACRE



Sumário

Apresentação.....	5
Acre + 13: economia “esverdeada”, vidas e florestas (em) cinzas	7
A Função Estratégica do Acre na Produção do Discurso da Economia Verde.....	13
Usos e abusos da imagem de Chico Mendes na legitimação da “economia verde”	21
Povos indígenas do Acre: mentiras históricas e história das mentiras	27
Participação popular e democracia no Acre: entre a força e a farsa.....	31
Entrevista com Dercy Teles de Carvalho Cunha.....	37



Apresentação

A “Rio+20” colocou no centro das atenções a defesa de uma “economia verde”, apresentada como “única alternativa” para minimizar as “mudanças climáticas” e combater a pobreza no mundo. Para efeito de convencimento, o dito discurso precisa ter referências materiais. Em razão disso, experiências tidas como exitosas na promoção do “desenvolvimento sustentável” e da “economia verde” hão de ocupar lugar de destaque nessa Conferência das Nações Unidas.

Nesse sentido, o estado do Acre - situado na Amazônia brasileira - será utilizado como uma dessas referências materiais. A experiência acriana é reputada como primor de harmonia entre desenvolvimento econômico e preservação da floresta e do modo de vida de seus habitantes. Mas, efetivamente, quais os efeitos sociopolíticos, econômicos e ambientais dessa experiência? Em que sentido ela pode ser encarada como modelo para o Brasil e para outros territórios do mundo? Que interesses sustentam tal proposição? O que se esconde atrás da imagem verde do Acre?

Em novembro do ano passado, um documento intitulado “Carta do Acre” foi elaborado no estado por representantes de trinta organizações da “sociedade civil”. O documento trouxe, pela primeira vez, uma crítica radical da “sociedade civil” à política governamental, revelando abertamente práticas de destruição ambiental e repressão social, apontando os interesses capitalistas que de fato dominam esta política e rejeitando a mercantilização da natureza que ela em última consequência promove.

A “Carta do Acre” surtiu fortes reações por parte de instituições ligadas ao governo do estado. Organizações que haviam assinado o documento, posteriormente, foram pressionadas a retirar sua assinatura. Não obstante, um grupo - composto por pesquisadores, ativistas e trabalhadores extrativistas - ousou levar adiante as críticas, levantar mais detalhadamente os fatos que contradizem a “sustentabilidade” e a “participação social” reivindicadas pelos governantes do seu estado. Esta ousadia se expressa e concretiza no presente Dossiê: “O Acre que os Mercadores da Natureza E§condem”.

Nestas páginas se desnuda o jogo de interesses que impulsiona a construção discursiva de uma determinada “identidade” do povo acriano que estaria agora, segundo dizem as vozes oficiais, se auto-realizando por meio da “economia verde”. Os cinco textos complementares e a entrevista com a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri Dercy Teles,

que compõem este Dossiê, trazem também contundentes detalhes da vida dentro das florestas acrianas, das represálias que seus moradores sofrem por parte de órgãos ambientais, do sofrimento de comunidades indígenas, quase impotentes para denunciar a invasão de suas terras e os descasos de saúde e educação nas suas comunidades.

O Dossiê trata, ainda, das condições históricas que possibilitaram a consolidação da experiência acriana no contexto da geopolítica ambiental da ONU, do Banco Mundial e de ONGs gigantes; de como e com que interesses forjaram a imagem de um Chico Mendes supostamente “patrono da economia verde”; e de como a tutela dos “povos da floresta” viabiliza a implementação dos ambiciosos planos de manejo madeireiro, e facilita o comércio de carbono e de “serviços ambientais”, gerando lucros para empresas e ONGs.

Côncio dos danosos impactos sociais e ambientais, dos perigos à democracia que a experiência acriana encerra, verá o leitor que o “esverdeamento da economia” tem resultado na multiplicação dos conflitos territoriais, no aumento da degradação ambiental, da concentração de rendas e na reprodução ampliada da pobreza.

Observadas de perto as coisas, ver-se-á que o verde das propagandas é insuficiente para ocultar o cinza da realidade. O fracasso social e o despotismo da experiência acriana são provados pelo fato de que, nas paragens acrianas, conjuga-se, sempre, o “falar manso” com o “uso do porrete”. Quem tem ouvidos ouça, vaticina-nos a “verdade efetiva das coisas”: “ao contrário de ser tomado como exemplo a ser seguido, o estado do Acre deve servir como ALERTA contra a espoliação representada pela ‘economia verde’”.

Fruto de reflexão militante e de militância reflexiva. Inspirado na mais firme convicção de que, tanto ou mais que interpretar o mundo, o que vale mesmo é transformá-lo. Assim “O Acre que os Mercadores da Natureza E§condem”. Por isso, em certo sentido, é possível entender o presente Dossiê como um convite à Iconoclastia. Iconoclastia que, nesses dias em que o capital - o ídolo da morte - é idolatrado em sua versão dita “sustentável”, é irmã da vida. A esperança que o move é aquela que nasce e se alimenta dos sonhos e das lutas daqueles que são sacrificados em seu altar. Iconoclastia, sonhos de libertação, sonhos sonhados em cordão e de “olhos abertos”(*).

(*) A expressão “sonho de olhos abertos” é do filósofo marxista Ernst Bloch.



Acre + 13: economia “esverdeada”, vidas e florestas (em) cinzas

Iniciamos a redação desse artigo em meio aos escombros provocados pelas águas de fevereiro (2012) que atingiram diretamente $\frac{1}{4}$ da população do estado do Acre. Como explicar que o estado propagandeado como modelo de “desenvolvimento sustentável” a ser seguido mundo afora, continue totalmente vulnerável a esse fenômeno tão corriqueiro na Amazônia? Uma advertência aos que apressadamente associam esse tipo de tragédia aos efeitos das “mudanças climáticas”: o nível das águas do rio Acre em 2012 foi equivalente ao da última grande cheia ocorrida em 1997, todavia, o número de atingidos quase duplicou. Traduzindo, um mesmo fenômeno da natureza produziu conseqüências sociais mais dramáticas em razão do aumento da concentração de famílias pobres nas “áreas de risco”.

Nesse momento em que a ONU reitera na “Rio +20” - com a denominada “economia verde” - as promessas de um “desenvolvimento sustentável” anunciado na “Rio-20”, vale a pena trazer para a reflexão o modo como as iniciativas voltadas para esses fins têm se materializado. Dado que na Amazônia continental o estado do Acre tem sido considerado o mais avançado na adoção do “desenvolvimento sustentável”, a análise deste caso pode aclarar bastante o significado dessas “alternativas”.

Acabamos de ouvir agora o locutor da governamental “Radio Aldeia FM” anunciar que Rio Branco (capital do Acre), recebeu o prêmio “Eco cidade 2011” por ter eliminado os “lixões a céu aberto”. Tal premiação não considerou os fatos de que os esgotos adornados pelos viçosos gramados e jardins do “parque da maternidade” (área re-urbanizada no centro da cidade) continuarem sendo lançados diretamente no rio Acre sem nenhum tipo de tratamento, e o de que a coleta de lixo não abrange toda a periferia da cidade. Os responsáveis pela premiação bem que poderiam fazer um passeio nesta “Eco cidade” para sentirem o odor e verem as montanhas de lixo esparramadas na meia centena de bairros diretamente afetados pelas cheias do rio Acre.

O Estado do Acre está localizado na Amazônia brasileira e possui uma extensão territorial de 164.221,36 km² (16.422.136 ha), com aproximadamente 88% de seu território coberto por florestas nativas, das quais cerca de 50% encontram-se em “áreas naturais protegidas”. Com uma população composta por 732.793 habitantes, dos quais 72,61% residentes em áreas urbanas, é considerado um dos mais empobrecidos do Brasil, cerca de 60 mil famílias (quase metade da população do estado) recebem o “bolsa família”. As atividades produtivas predominantes são a pecuária extensiva de corte e exploração florestal madeireira. O poder executivo estadual é governado desde 1999, por uma ampla coalizão de forças liderada pelo Partido dos Trabalhadores.

Assim como o “baixar das águas” revelam as entranhas da “Eco cidade” de Rio Branco, o conjunto de indicadores socioambientais econômicos e políticos trazem a tona a essência da “economia verde”: fazer mais do mesmo para seguir a marcha batida da espoliação do capital também na Amazônia. A seguir, trataremos de pontuar os aspectos que consideramos essenciais para compreender o “caso do Acre”.

“La Guerra del Acre”

Assim os bolivianos denominam os conflitos territoriais na tríplice fronteira Brasil/Bolívia/Peru que resultaram na anexação do atual estado do Acre ao Brasil no início do século XX. No estado do Acre é denominada como “Revolução Acreana” com forte apropriação simbólica para legitimar a “conquista” e o domínio oligárquico regional, como mostra Maria de Jesus Morais em outro artigo neste Dossiê. Marcada desde o início da colonização européia por intensas disputas territoriais, a Amazônia continuaria sendo disputada⁽¹⁾ entre os diferentes Estados nacionais que se formaram no sub continente Sul americano. Nesse processo, produziram-se fragmentações e aumento da extensão da faixa territorial de alguns países, como foi

(1) O Tratado de Ayacucho, firmado entre Brasil e Bolívia em 1867, expressa bem o nível de conflitos existentes naquele período e as tentativas de solucionar as disputas envolvendo os limites fronteiriços, “apesar de admitir os mesmos limites descritos nos Tratados de Madrid e Stº Idelfonso, conteve o princípio do uti possidetis” (Carbone, 1999:16). Ou seja, como o território era desconhecido, considerado um espaço vazio (obviamente, a população indígena existente não era levada em conta), estabeleceu-se o princípio da ocupação como critério orientador para a fixação de limites fronteiriços. No momento em que fossem definidos esses limites, levar-se-ia em conta a nacionalidade dos ocupantes daquele espaço territorial. No final do século XIX aquela região já estava totalmente ocupada por brasileiros (PAULA, 2005)

o caso do Brasil, no processo de incorporação de uma parcela dos territórios da Bolívia e do Peru que formam atualmente o estado do Acre.

“La Guerra del Acre” se deu sob contexto de intensas disputas entre grupos de capitais internacionais e as oligarquias regionais a eles associados pelo controle da produção e do fluxo de borracha natural. Além de ocorrer na “ante-sala da primeira guerra mundial” ela foi caracterizada também por um processo de disciplinarização do território e do trabalho marcada por “uma guerra total” contra os povos indígenas que viviam nessa faixa territorial. Por essas razões acreditamos que a expressão “La Guerra del Acre” é a que melhor sintetiza o episódio da conquista e incorporação desse território no processo de acumulação capitalista internacional.

A empresa extrativista constituída para organizar a produção de borracha natural na Amazônia como um todo, caracterizou-se pela formação de grandes latifúndios, conhecidos como seringais, estruturados sob um sistema de exploração fundado nas relações mercantis⁽²⁾. A força de trabalho mobilizada pela empresa extrativista se compôs de migrantes do Nordeste e indígenas sobreviventes do genocídio praticado durante a conquista.

Passados os dois ciclos de apogeu do mono extrativismo da borracha (final do século XIX até 1914 e década de 1940) o então Território Federal do Acre – elevado a categoria de estado em 1962 – ficaria relativamente “esquecido” no cenário nacional. Após o golpe militar de 1964, contudo, a Amazônia se constituiu em um dos alvos das políticas desenvolvimentistas adotadas pelo Estado brasileiro. A expansão da frente agropecuária para o estado do Acre no início da década de 1970 desencadeou intensos conflitos sociais, marcando assim, a segunda fase do processo de conquistas daquele território.

A floresta como obstáculo a modernização capitalista

No início da década de 1970, o estado do Acre contava com uma população formada por cerca de 200 mil habitantes, 30% residente nos núcleos urbanos e 70% no

espaço agrário que Silva (2005), denomina como “campos e florestas”. Esses “campos e florestas” estavam ocupados por 15 povos indígenas - sobreviventes da primeira fase da conquista - seringueiros e uma outra categoria de camponeses, situada majoritariamente nas margens dos rios que viviam de uma agricultura de subsistência e venda de pequenos excedentes.

Ainda que debilitada num de seus principais fundamentos, a imobilização da força de trabalho, as relações mercantis “comandavam a vida” nesses territórios, seja via padrões seringalistas “tradicionais”, arrendatários, seja via comerciantes autônomos, categoria que cresceu com a decadência do domínio dos “barracões”. Singrando os rios nos barcos denominados regionalmente como “batelões”, esses comerciantes faziam a intermediação entre as casas comerciais situadas em núcleos urbanos e as populações camponesas e indígenas.

No primeiro quinquênio de expansão da frente pecuarista no Acre, parte desse “mundo” ruiu⁽³⁾, atingindo imediatamente o campesinato e povos indígenas vitimados pela expropriação em massa. Parte desse campesinato expropriado imigra para o departamento de Pando, na Bolívia, concentrando-se mais na faixa de fronteiras com o Acre, para trabalhar nos seringais bolivianos. A re-territorialização capitalista desencadeada nesse novo ciclo expansionista produziu profundos impactos na sociedade e natureza como um todo, por isso, enfrentou fortes reações. No decorrer do domínio da empresa extrativista, os seringueiros – base fundamental de exploração estruturada nas relações mercantis – inventaram formas diversas de resistência que, via de regra, se processavam de forma individual nos interstícios do processo de produtivo (PAULA, 1991). Com a chegada da frente pecuarista o cenário muda, a ~~sur~~ existência do seringueiro enquanto categoria social está definitivamente ameaçada de extinção. Tais sujeitos teriam que buscar formas coletivas de resistência, e o fizeram. Através da organização sindical iniciada em meados da década de 1970, apoiados fundamentalmente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG e pela ala da Igreja Católica identificada com a Teologia da Libertação, inventaram

(2) Na base desse sistema produtivo estavam os produtores diretos – seringueiros – explorados duplamente pelo patrão seringalista, visto que estes detinham o monopólio do comércio no interior dos seringais e poderes para fixar tanto os preços da borracha produzida pelos seringueiros quanto o dos produtos básicos necessários à sobrevivência desses trabalhadores. A mediação monetária nas relações de trocas era praticamente inexistente. Elas eram realizadas diretamente entre produtos, através do chamado sistema de avimento, isto é, “o comerciante ou aviador adianta bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho ao produtor e este restitui a dívida contraída com produtos extrativos e agrícolas [...]”. A fidelidade comercial do freguês é um termo de uma relação cujo outro termo são as obrigações morais que os patrões têm para com seus clientes em casos de dificuldades”. (Aramburu, 1994:82-83) O endividamento prévio e sistemático dos seringueiros constituiu-se num dos principais mecanismos de imobilização dessa força de trabalho. A extração de excedentes do produtor direto pelo capital industrial internacional era mediatizada por uma extensa cadeia mercantil nucleada em Belém e Manaus” (PAULA, 2005; 52).

(3) Conforme mostramos em trabalho anterior (Paula & Silva, 2008; 4) “a partir do final de 1960 há mudanças fundamentais que se impõem sobre o uso do espaço agrário acreano e que repercute, sobretudo, nas forças sociais agrárias ligadas ao setor extrativista. Dois segmentos distintos de classes – os grandes proprietários fazendeiros e o campesinato – emergem com grande poder de influenciar a estrutura agrária. Os *grandes proprietários* de terra constituem-se de fazendeiros que adquiriram propriedades de antigos seringais. São agentes da frente pioneira agropecuária que começa a se estruturar regionalmente, pelas três décadas seguintes. Há ainda antigos seringalistas que não venderam suas propriedades e agora tentam se reorganizar com a introdução da agropecuária ou com a especulação de suas terras no mercado fundiário local. Esses, portanto, são agentes remanescentes da frente agroextrativista que tentam se reestruturar em padrões produtivos adequados aos “novos tempos”, numa visão “desenvolvimentista” como os agentes da fronteira agropecuária”.

outras formas de lutas e mobilizações coletivas, como aquelas notabilizadas pelos “empates”.

A ditadura reagiu e respondeu com a criação dos projetos de colonização com duplo objetivo: amenizar as tensões políticas geradas pelos conflitos sociais em torno da disputa pela terra na região e, ao mesmo tempo, dar segmento a “modernização conservadora” em nível nacional, via migração dirigida de camponeses pobres do Sul e Sudeste para a Amazônia. Com essa medida, o espaço agrário acreano passou a se re-configurar também entre o campesinato, com a chegada de trabalhadores oriundos de outras trajetórias socioculturais e políticas.

Face ao malogro da sobrevivência da maioria dos seringueiros que foram assentados nos projetos de colonização, parte desse sindicalismo, tendo a frente o STR de Xapurí e Chico Mendes como seu presidente, passou a recusar essa alternativa a partir de meados da década de 1980. Propunham como alternativa a regularização jurídica dos seringais via manutenção da estrutura original de posse e uso e uso da terra por parte dos seringueiros, respeitando e valorizando seus conhecimentos e práticas no convívio com a floresta. A isso se denominaria posteriormente como Reservas Extrativistas - RESEX, a “Reforma Agrária dos seringueiros”.

Não se tratava, portanto, de uma luta “ambientalista” como esclarece Osmarino Amâncio Rodrigues, uma das principais lideranças daquele movimento, “O que não queremos é um ambientalismo vazio, que fale da defesa da natureza se esquecendo do homem; que fale da defesa da floresta se esquecendo dos povos da floresta. Esta é a nossa contribuição de brasileiros para o movimento ambientalista mundial; defesa da natureza e justiça social são inseparáveis” (RODRIGUES, Osmarino Amâncio. O Segundo Assassinato de Chico Mendes. In: Cartas da Amazônia - 1. 1990, 08).

Em suma, com as RESEX pretendia-se uma transformação estrutural na lógica do uso dos bens naturais e apropriação do produto do trabalho. Atribuíam-se, assim, novos sentidos ao uso social da terra. Ao invés de “ser apropriada para fins de acumulação por parte dos capitais privados, a terra passaria a ser incorporada ao patrimônio nacional como um bem público, assegurando-se os direitos das populações nela residentes de definirem coletivamente as forma de gestão e uso social” (PAULA & SILVA, 2008, b).

Desse modo, ao contrário de constituir-se em “obstáculo” a floresta é interpretada pelo movimento dos seringueiros como sua morada no mundo. Lugar em que interagem as diversas formas de vida e sociabilidades produzindo sentidos e saberes singulares. Estabelece-se assim, como mostramos em outro lugar (PAULA, 2005) uma oposição frontal entre duas vias distintas para o “desenvolvimento” no Acre: a do capital, via expansão da pecuária extensiva de corte e exploração madeireira e a do movimento dos seringueiros, pautada na defesa das RESEX como “Reforma Agrária dos seringueiros”.

Nessa síntese, cabe pontuar, finalmente, cinco elementos que serão decisivos nos desdobramentos dessas lutas de resistência protagonizadas pelo sindicalismo rural: 1) Sua vinculação orgânica com o Partido dos Trabalhadores; 2) Iniciativa de uma articulação, para além do sindicalismo rural, com abrangência em toda Amazônia brasileira que culminaria com formação do Conselho Nacional dos Seringueiros -CNS; 3) Aproximação com ONGs ambientalistas internacionais e nacionais interessadas na “conservação” da Amazônia; 4) O assassinato de Chico Mendes em dezembro de 1988 - planejado e executado por representantes dos pecuaristas - com repercussões internacionais jamais vistas em centenas de crimes similares praticados até então contra lideranças camponesas e indígenas na Amazônia. Desde então, a imagem de Chico Mendes tem sido habilmente manipulada para legitimar a espoliação através do “esverdeamento da economia”, como mostra Maria de Jesus Morais em outro artigo neste Dossiê; 5) A ascensão ao poder executivo estadual em 1999 de uma ampla coalizão partidária liderada pelo Partido dos Trabalhadores, atualmente no seu quarto mandato consecutivo.

Florestas: de obstáculo a “oportunidade de negócios”

O estado do Acre pode ser considerado, sem sombra de dúvida, como “laboratório perfeito” da “economia verde” na Amazônia continental. As principais iniciativas destinadas a “equipar esse laboratório” estão bem sintetizadas por Michael Schmidlehner em outro artigo deste Dossiê. Em linhas gerais, o seu arcabouço político-institucional resultou das imposições do “Grupo Banco Mundial” (PAULA, 2005, 281). No essencial, esse re-ordenamento

(4) Além dos financiamentos e incentivos a pecuária extensiva de corte e exploração florestal madeireira, Verocai & Ludewigs & Pereira (2012, 29, 23), afirmam que “Os principais programas de ação em execução pelo Governo do Acre que têm como foco a proteção ambiental e o desenvolvimento florestal e que, de algum modo, se relacionem com a implementação do PDSA II, desenvolvem-se no âmbito da Política de Desenvolvimento Sustentável e da Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, **que se fundamentam na concepção da floresta como um provedor de produtos e serviços e nos princípios de manejo racional, integrando ações dos três níveis de governo.** A coordenação é atribuída à SEMA, sendo executados pela SEF e outros órgãos e entidades públicas setoriais, em parceria com associações civis de cunho ambientalista, agências internacionais de cooperação técnica, entidades de pesquisa e universidades, além de empresas privadas (...) **Programa de Valorização do Ativo Ambiental Florestal (PVAAF)**, executado com recursos próprios do Tesouro Estadual e apoiado pelo BID (primeira fase do PDSA) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que contempla a regularização do passivo ambiental florestal e a certificação de unidades produtivas sustentáveis, tendo como estratégia o Programa de Certificação de Unidades Produtivas; o fomento às práticas sustentáveis se faz por meio da adoção de critérios socioambientais, pagamento por serviços ambientais e aumento do valor da cobertura florestal com a legalização da propriedade, incentivando-se práticas de manejo de uso múltiplo”

institucional amplia a privatização do Estado e dos bens naturais para fins de adaptação ao novo ciclo de mercantilização da natureza.

As condições políticas que permitiram a realização dessas adaptações resultam da confluência de três elementos fortemente articulados: 1) re-articulação do bloco de poder estadual sob a direção de frações das velhas e novas oligarquias; 2) Assimilação subordinada dos movimentos sociais a esse bloco de poder através do que Antonio Gramsci (1978) denominou como “transformismo”; 3) Adesão subordinada a matriz neoliberal e aos agentes nacionais e internacionais que a fomentam na forma de financiamentos e investimentos.

Criadas as condições políticas adequadas, logrou-se materializar a re- configuração do território para fins de adaptação aos cânones da economia verde, como mostra o Mapa abaixo.

O tipo de re- configuração territorial materializada via Zoneamento Ecológico Econômico-ZEE no estado do Acre, segue rigorosamente o padrão instituído na Amazônia continental para fins de adaptação a “economia verde”. Com ele, procura-se propagandear os “avanços na área ambiental” representados pela criação das “unidades de conservação” de domínio público. Todavia, oculta a “cereja do bolo”: a apropriação dos bens naturais nelas existentes estão destinadas a apropriação privada por meio da exploração madeireira, biodiversidade e “serviços ambientais”. Os povos indígenas e comunidades camponesas que vivem nessas “unidades de conservação” vêm sofrendo

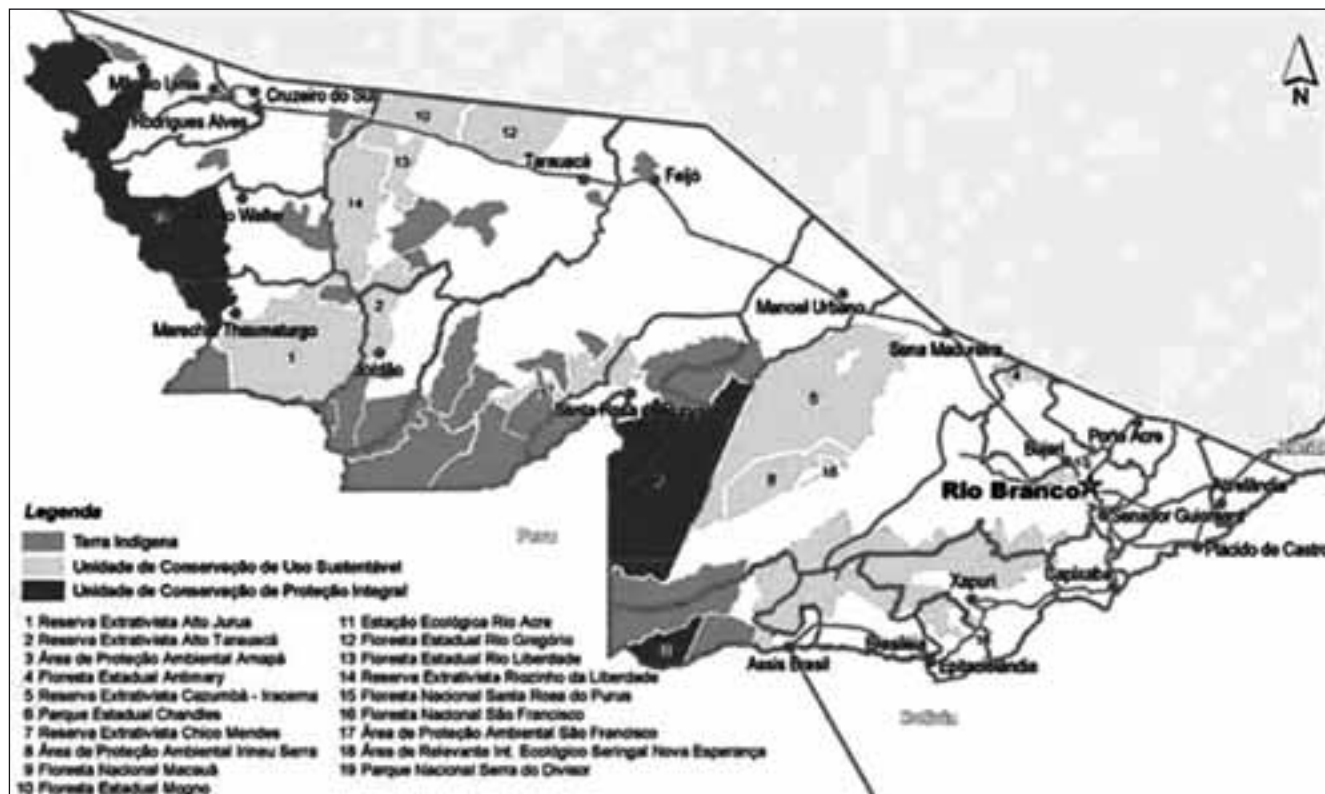
fortes pressões oriundas desse novo ciclo de espoliação.

Ademais, no decorrer da primeira década do século XXI (apogeu da “economia verde” no Acre) operou-se uma brutal re-concentração da propriedade das terras de domínio privado. De acordo com Teixeira (2011), em 2010, 583 grandes propriedades (imóveis com área superior a mil hectares) detinham 6,2 milhões de hectares, enquanto 23 mil e quinhentos minifúndios e pequenas propriedades (imóveis com área inferior ou igual a um módulo rural, que no Acre varia de 50 a 100 hectares), somavam apenas 1,4 milhões de hectares. Em apenas sete anos, a grande propriedade teve um incremento de mais de 100% na sua área total (em 2003, possuía 2 milhões e oitocentos mil hectares). As variações por extrato de área podem ser melhor visualizadas no Quadro 1

As linhas de crédito oficiais bem como os programas de investimento mais expressivos em curso no Acre⁴, mostram como se articulam as economias “marrom” e “verde” na espoliação desse território. As duas atividades mais predatórias, pecuária extensiva de corte e exploração madeireira, triplicaram em apenas uma década. O rebanho bovino passou de 800 mil cabeças para três milhões e a exploração madeireira de 300 mil m³/ano para mais de um milhão m³/ano (somente nas áreas exploradas com Planos de Manejo Florestal Sustentável foram “755.924 m³ de madeira em tora” em 2010 (VEROCAI & LUDEWIGS & PEREIRA; 2012; 69).

O desmatamento também aumentou, passando de 5.300 Km² entre 1988-98 (Governo do Acre, 2011), para 7.301,2

Mapa – Configuração territorial do Acre



Fonte: Base de dados geográficos do ZEE/AC, Fase II, 2006

Quadro 1: Imóveis rurais cadastrados no INCRA (Acre 2003 e 2010)

Ano	2003				2010			
	Categoria	Nº Imóveis	Área - há	Nº Imóveis/ Nº Total	Área total	Nº Imóveis	Área - há	Nº Imóveis/ Nº Total
Grande produtiva	63	322.666	14,2%	11,6%	72	523.285	12,3%	8,5%
Grande propriedade	444	2.787.39	2,2%	67,1%	583	6.183.55	2,4%	78,9%
Média propriedade	321	243.583	1,6%	5,9%	429	317.937	1,8%	4,1%
Minifúndio	16.197	785.126	81,1%	18,9%	20.267	970.399	82,8%	12,4%
Pequena propriedade	3.013	339.073	15,1%	8,2%	3.194	368.920	13,1%	4,7%

Fonte: TEIXEIRA, 2011; 9.

Km² na década seguinte (VEROCAI & LUDEWIGS & PEREIRA 2012). Deve-se levar em conta ainda, o aumento da degradação oculta produzida pelos “Planos de Manejo Florestal Sustentável”. De acordo com os dados do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, o “Acre possui cerca de seis milhões de hectares de florestas nativas potencialmente aptas para suprimento industrial, dos quais, mais de 960 mil já contam com planos de manejo, **em áreas públicas, privadas e comunitárias** (IMAC, 2011, citado por, VEROCAI & LUDEWIGS & PEREIRA; 2012; 66).

O resultado de tudo isso se traduz no aumento da degradação ambiental, da concentração de rendas e agravamento da pobreza. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, 66,2% dos domicílios recebem até um salário mínimo mensal e 2,9% situam-se numa faixa superior aos 5 salários mínimos (IBGE, Censo Demográfico 2010). Para Celentano & Santos & Veríssimo (2010,24), em que pesem “melhorias nos indicadores de pobreza” o Brasil figura “entre os dez países com maior desigualdade de renda do mundo. O Índice de Gini, usado mundialmente para medir desigualdade, foi 0,5314 em 2009 no Brasil e também na região amazônica (Ipea, 2010b). A desigualdade manteve-se estável na região desde 1990. **O Acre apresentou a maior desigualdade da região (Índice de Gini = 0,61) e a segunda maior do Brasil, atrás apenas do Distrito Federal** (grifos nossos).



A figura a seguir, elaborada por Celentano & Santos & Veríssimo (2010,76), ilustra com maior clareza a gravidade da questão socioambiental no Acre.

Entre os nove indicadores — analisados pelos autores mencionados — que compõem as 15 “metas do milênio” previstas pela ONU para serem atingidas até 2015, o Acre foi exitoso em apenas um: eliminar disparidade entre os

sexos na educação. Esse quadro mais geral, somado às crescentes agressões contra os “Povos da Floresta” — tal como explicitam neste Dossiê, Lindomar Padilha e Dercy Teles — para fins de concretização do “esverdeamento da economia” tem resultado na multiplicação dos conflitos territoriais. Dada sua gravidade, tornam-se cada vez mais difíceis de serem contidos sob formas “consensuais”, via aparelhos privados de hegemonia. Sob tais condições, o “bloco de poder” parece perder legitimidade e passa a fazer com maior frequência o uso da força para conter as insatisfações, como mostra MACA, também neste Dossiê.

Esse uso da força tende a se aprofundar em decorrência da imposição de normas draconianas por parte de agentes externos comprometidos com a “economia verde”. O denominado “**Assentamento involuntário**” instituído como uma das diretrizes do “**Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDSA II. Expansão da Economia Florestal**” financiado pelo BID, constitui-se no exemplo mais emblemático. O “**Assentamento involuntário**” imposto pelo BID, é assim descrito por Verocai & Ludewigs & Pereira; 2012; 16-17),

Para além das diretrizes da Política de Meio Ambiente, as **diretrizes da Política de Assentamento Involuntário** (OP-710) condicionam a preparação e o desenvolvimento do PDAS II, **uma vez que a realização de alguns projetos pode implicar a remoção de moradores. Tais diretrizes aplicam-se a qualquer caso de remoção de pessoas causado pela realização de projeto do Banco: operações de**

iniciativa pública ou privada, financiadas pelo Banco, quer diretamente (empréstimos) ou por intermediários (obras múltiplas, programas de crédito multissetoriais); o reassentamento de refugiados ou vítimas de desastres naturais. Seu objetivo principal é reduzir distúrbios no modo de vida nas áreas de influência dos projetos, por meio da redução das remoções, o tratamento justo dos atingidos e, **quando possível, a participação destes nos benefícios do projeto que provocar o reassentamento (grifos nossos)**

Por essas e outras razões colocadas em destaque no conjunto deste Dossiê, acreditamos que, ao contrário de ser tomado como “exemplo a ser seguido” o estado do Acre deve servir como **ALERTA** contra a espoliação representada pela “economia verde”. Nesse sentido, tal como no “tempo de Chico Mendes”, precisamos fazer com que as lutas e as vozes dos “Povos da Floresta” somem-se a dos demais movimentos que lutam contra o capitalismo “de todas as cores” e reivindicam a construção de “outros mundos” para o “vivir bien”.

Elder Andrade Paula é Pós Doutor em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM, Prof e Pesquisador da Universidade Federal do Acre, Coordenador do Núcleo de Pesquisa: Estado Sociedade e Desenvolvimento na Amazônia Ocidental. Atua junto às lutas de resistência por terra/território na Amazônia desde os “tempos de Chico Mendes”, mais precisamente desde 1984. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CELENTANO & SANTOS & VERÍSSIMO (2010). O Estado da Amazônia Indicadores. A Amazônia e os Objetivos do Milênio (2010). <http://www.ibcperu.org/doc/isis/13517.pdf>

GOVERNO DO ACRE (2011). Acre em números 2011 GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978

PAULA, Elder. A. (1991). **Seringueiros e sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1991

_____. (2005). **(Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Edufac, Rio Branco

PAULA, Elder & SILVA, Silvío; (2008,a) **Floresta, para que te quero?**

Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital. Revista NERA, Ano 11 No 12. São Paulo.

_____. (2008, b) **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes**. Revista NERA, Ano 11 No 13. São Paulo

SILVA, Silvío S. (2005) Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana. Presidente Prudente, 2005. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP

TEIXEIRA, Gerson (2011) **Agravamento do Quadro de Concentração da Terra no Brasil?** <http://www.dihitt.com.br/n/politica/2011/06/22/gerson-teixeira-agravamento-da-concentracao-das-terra>

VEROCAI & LUDEWIGS & PEREIRA (2012); **Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDSA II. Expansão da Economia Florestal. Relatório de Avaliação Ambiental e Social (Versão Final)**

A Função estratégica do Acre na produção do discurso da Economia Verde

Michael F. Schmidlehner

“Com isso, a ONU e as entidades ambientalistas americanas nos convidaram para participar de uma reunião do BID em Miami, em março de 1987. Eu fui, sabendo que estava em terreno inimigo.”

Chico Mendes
(CUT/CNS 1988)

O presente texto visa analisar o papel do Acre na produção do discurso geopolítico que promove o conceito de uma forma supostamente nova de economia, chamada “Economia Verde”. Os primeiros tópicos abordam o surgimento do fenômeno da Economia Verde de forma crítica, através de uma sinopse de processos socioeconômicos globais a partir do período pós-guerra até hoje. Os seguintes tópicos procuram sondar o papel que o Acre preenche neste mesmo contexto, e as relações específicas entre seu atual governo e outros atores da rede produtora deste discurso.

Desenvolvimento e o paradigma de dominação

Em meados da década de 1940, Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, após terem fugido do Holocausto alemão para a Califórnia, investigaram os processos sociais que haviam possibilitado a erupção do nacional socialismo e analisaram a busca histórica da sociedade moderna de livrar-se do poder dos mitos e construir um mundo baseado na racionalidade.

Em sua crítica do esclarecimento (Horkheimer, Adorno, 1985) eles demonstram que este projeto é sentenciado a falhar, que a ideia da libertação do homem pela racionalidade inevitavelmente recai no mito, e que uma sociedade que se entende como esclarecida não é imune ao totalitarismo. Horkheimer e Adorno ainda analisaram o entrelaçamento antagônico, a relação dialética específica, que cada sociedade possui com a natureza. O elemento que caracteriza a relação com a natureza, tanto dos regimes fascistas, quanto das sociedades “racionalistas” capitalistas foi descrito por eles como *paradigma de dominação da natureza*.

Enquanto os dois filósofos exilados nos Estados Unidos ainda refletiam sobre as causas das recém passadas atrocidades do Nazismo, realizou-se neste mesmo país uma reunião de governantes de 44 países que reorganizaria a futura ordem econômica global e daria início a novas formas de violência no mundo. Na conferência de Bretton Woods em 1944 foram decididos a criação

do Banco Mundial e do Fundo Internacional Monetário (FMI). O dólar estadunidense foi, através de um sistema de taxas fixas de câmbio entre as moedas, estabelecido internacionalmente como moeda de reserva. As medidas tomadas nesta reunião pavimentaram o caminho para a expansão do sistema capitalista em âmbito global que se daria nas décadas seguintes.

Na sua fala inaugural no ano 1949, o presidente Harry Truman enfatizou a responsabilidade dos países ricos de combater a pobreza no resto do mundo. Eles deveriam auxiliar os países que até então não faziam parte do sistema capitalista – e a partir de agora foram declarados de forma indiferenciada “pobres” – através do desenvolvimento econômico. Justificado e impulsionado por este *discurso de desenvolvimento* (Escobar 1995), o modelo de economia estadunidense, de consumo e de produção em massa, baseado principalmente na queima de combustíveis fósseis, chamado de *Fordismo* – em referência ao fabricante de automóveis Ford – reproduziu-se e se multiplicou no mundo inteiro. Iniciou-se assim um inédito ataque à natureza e às sociedades consideradas “subdesenvolvidas”. Megaprojetos infraestruturais foram implementados para facilitar a exploração dos recursos naturais, e promovida a abertura de mercados de consumo nos países periféricos, enquanto o valor foi agregado nos países centrais.

Sustentabilidade – reformulando o discurso

Na década de 1970, os desastrosos impactos ambientais do desenfreado crescimento econômico não puderam mais ser ignorados. Começou a se articular a partir da sociedade no mundo inteiro o movimento ambientalista. Este movimento inicialmente reivindicou uma mudança de paradigma, a partir do entendimento que crise ambiental vinha sendo causada pelo consumismo nos países centrais e pela sede de extrair matérias primas para suas indústrias.

Os governos também tinham que reagir. Inúmeros estudos foram elaborados por especialistas ambientais, tornando assim a discussão mais técnica e, aos poucos,

afastando-a da sociedade. As Organizações Não Governamentais (ONGs) ambientalistas ganharam importância e se tornaram os principais protagonistas do discurso ambientalista. Entre os grandes estudos encomendados pelos governos no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) destaca-se o Relatório Brundtland. Este relatório, publicado em 1987 sob o título “Nosso Futuro Comum”, introduziu o conceito do *desenvolvimento sustentável*, com a argumentação de que meio ambiente e crescimento econômico podem e devem ser vistos como não conflitantes. A partir daí começou, em torno do novo conceito, um processo de profunda reformulação do discurso ambientalista, adaptando-se gradativamente aos interesses dominantes e afastando-o da ideia de uma mudança paradigmática.

Consenso de Washington

Nos arranjos da economia global houve novamente uma importante reorganização a partir da década de 1980. As instituições fundadas em Bretton Woods, FMI e Banco Mundial, tomaram juntas com o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos uma série de medidas, também conhecidas como o Consenso de Washington, visando a maior abertura de mercados e a flexibilização do capital. As consequentes ondas de privatização e a expansão do raio de ação de empresas multinacionais deram início à era do neoliberalismo. Os governos, sob guia dos Estados Unidos, pareciam apostar naquilo que chamaram a *autorregulação dos mercados*. A velocidade das vendas e compras de novos instrumentos financeiros como Futures, Swaps, Hedge Funds etc, aumentou muito com o uso de sistemas computadorizados. Entretanto, a flexibilização do capital não causou o equilíbrio dos mercados, mas ao contrário, criou bolhas de mercado, que mais tarde causariam o colapso de economias nacionais.

Paralelamente, a expansão dos direitos de propriedade intelectual, inclusive permitindo patentes sobre seres vivos e a harmonização destes direitos em âmbito global, foi promovida, viabilizando a apropriação e monopolização de recursos genéticos, ou seja, abrindo as portas para a Biopirataria.

Regulação pós-fordista

Neste contexto, de novos mecanismos de acumulação de capital, situam-se os dois principais acordos que foram criados na Eco 92, a Convenção do Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e a Convenção da Diversidade Biológica (CDB). Se por um lado estas convenções procuraram ganhar controle sobre os desequilíbrios que o capitalismo vem causando na natureza e nas sociedades, por outro lado, elas refletem e consolidam os pressupostos da economia neoliberal e aquilo que foi descrito como a *regulação pós-fordista da natureza* (Brand Görg 2003), reafirmando assim o paradigma da dominação.

O predomínio do interesse comercial no âmbito da ONU ficou ainda mais óbvio no processo que lidou com a inclusão das florestas no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do protocolo de Quioto, em 2010, como instrumento de compensação de parte das emissões dos países industrializados. Esta inclusão deu início aos projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD). Não obstante o fato de 80% das emissões serem provenientes das indústrias e apenas cerca de 20% de desmatamento ou degradação florestal, o ônus de consertar o clima foi invertido, atribuindo-o aos povos das florestas e, gradualmente, isentando as indústrias poluidoras desta responsabilidade. A instrumentalização das florestas como sumidouro de carbono representa mais uma ameaça para os direitos e territórios dos povos indígenas e comunidades locais.

A intenção estratégica da Economia Verde

Ao longo das últimas três décadas esses processos criaram as condições para que a natureza se torne agora a base de um novo sistema de acumulação de capital. Este novo sistema – de forma vaga e trivializada chamado Economia Verde – não só deverá viabilizar o contínuo crescimento das indústrias exploradoras e poluidoras, mas, sobretudo, acarretará na invenção de uma gama de novos produtos financeiros, em grande parte baseados em diversos tipos de eco-créditos.

Estes eco-créditos, gerados a partir dos serviços ambientais, tais como sequestro de carbono, primeiramente serão adquiridos por indústrias poluidoras ou governos e empresas multinacionais que, através de megaprojetos, causam danos para o meio ambiente ou para comunidades locais. Eles conseguem assim compensar suas emissões ou impactos socioambientais. Desta forma, a lógica pós-fordista da flexibilização e desterritorialização se estende – além da flexibilização do capital financeiro e da mão de obra – até os processos naturais que, agora redefinidos como “serviços” se tornam intercambiáveis e desvinculados do território. Qualquer degradação ambiental poderá ser compensada através de eco-créditos gerados em algum outro lugar do mundo. Em uma segunda etapa, os créditos serão vendidos e comprados nas bolsas de valores para atrair o capital especulativo.

Quais são realmente os motivos para a promoção da Economia Verde pelas grandes ONGs em parceria com as multinacionais e propostas pelos governos no âmbito da ONU? Observando o avanço das práticas neoliberais destrutivas e excludentes no mundo inteiro nas últimas décadas, dificilmente podemos acreditar que se trata da genuína preocupação com sustentabilidade e erradicação de pobreza, que visaria – como especifica a Iniciativa de Economia Verde do Programada de Meio Ambiente das Nações Unidas: equidade, bem-estar social e humano, reduzindo significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica (PNUMA 2011).

Quais são então? O primeiro motivo se dá pelo simples fato de que o petróleo está se acabando na terra e que as corporações que cresceram com a economia do petróleo agora querem assegurar seu controle sobre a futura matriz energética e sobre as novas tecnologias para produção dos bens que até então foram feitas a partir do petróleo (Cf. Moreno 2009). O segundo motivo é a necessidade – após o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos em 2007 e a crise econômica mundial desde 2008 – do capital especulativo encontrar uma nova base para sua acumulação.

Os processos de desterritorialização, virtualização, mercantilização e monopolização da natureza acompanhados por novas tecnologias, tais como *bioengenharia* e *geoengenharia* (ETC 2012), carregam com eles profundas transformações da natureza e da cosmovisão e autocompreensão da humanidade. A Economia Verde significa a penetração de praticamente todos os níveis das nossas vidas pelo paradigma de dominação apontado por Adorno e Horkheimer. Enquanto a coerção de regimes totalitários é aparente, as estratégias hegemônicas do Capitalismo Verde, na superfície, ainda se apresentam como benevolentes e racionais e se tornam mais difíceis de enxergar. Estas estratégias se baseiam em complexas construções simbólicas, funcionam através de manipulação, corrupção de relações de solidariedade entre comunidades, estabelecimento de relações de dependência econômica e manifestam sua violência em lugares dispersos, ofuscando assim sua causa comum. Diante das agravantes crises climática e ambiental, o projeto do Capitalismo Verde é apresentado como “única solução”, procurando reduzir nossas possibilidades de atuação, e mostrando assim crescentes tendências em direção a uma espécie de eco totalitarismo.

Um tiro disparado no Acre

A partir da década de 1970, na era do *fordismo periférico*, e sob o lema progressista “Brasil – Potência 2000”, a ditadura brasileira promoveu a abertura da Amazônia para maciça exploração mineira e madeireira, construção de estradas e criação extensiva de gado. A BR 364, financiada pelo Banco Mundial, causava grande destruição e conflitos violentos na Amazônia. A estrada abriu acesso ao Acre, viabilizando a chegada dos grandes fazendeiros. O governo cobrou os empréstimos que tinha concedido aos seringalistas que, após o declínio da borracha, haviam entrado em falência. Assim, enormes áreas de floresta puderam ser compradas por preços irrisórios. Por meio, ainda, de subsídios do Governo, práticas de grilagem, e com ajuda da polícia, os seringueiros foram expulsos, a floresta derrubada e as grandes fazendas se instalaram. Emergiu assim o movimento de resistência dos seringueiros, liderado por um grupo de pessoas carismáticas, tais como Chico Mendes, Wilson Pinheiro, Ivair Higino, Osmarino Amancio e Dercy Teles.

Chico Mendes conseguiu estabelecer parcerias com pessoas e organizações no exterior, dando assim visibilidade

de para a luta dos seringueiros em âmbito internacional. Especificamente a ajuda de Steve Schwartzman da organização Environmental Defense Fund (EDF) foi essencial para que Chico Mendes pudesse estabelecer contato direto com representantes da ONU. Prêmios internacionais, tais como Global 500 contribuíram para chamar a atenção no mundo inteiro para a perseguição dos seringueiros e a luta que travaram. Em 1988, Wilson Pinheiro e Ivair Higino já haviam sido assassinados e a morte de Chico Mendes, para muitos, parecia programada.

Ao mesmo tempo, havia mudado a situação geopolítica em consequência da crise ambiental mundial. O Relatório Brundtland havia lançado a nova fórmula da sustentabilidade que doravante nortearia os projetos de desenvolvimento e a Eco 92 estava se aproximando. Neste contexto, a morte de Chico Mendes tornou-se o marco simbólico para aquilo que foi celebrado como “reconsideração” da geopolítica do desenvolvimento e para o início da era do desenvolvimento sustentável na Amazônia.

O tiro que matou Chico Mendes não apenas tirou a vida de mais uma liderança do movimento de seringueiros. Em retrospectiva, enxergamos ele também como o tiro de largada para uma nova geração de grandes projetos na Amazônia, a corrida das ONGs ambientalistas pelos recursos da cooperação internacional que os financiava e pela apropriação do mito que havia se criado acerca da pessoa de Mendes no momento da sua morte.

Sustentando o paradigma

Observando algumas das consequências imediatas que os novos projetos causaram, percebe-se que a intenção geopolítica que fomentava os projetos progressistas – a abertura do território amazônico para o capital – não foi realmente interrompida. A idéia das *Reservas Extrativistas* que havia sido articulada pelos seringueiros foi rapidamente assumida e adaptada pelas agências de desenvolvimento e ONGs, uma vez que representava o perfeito campo experimental para as novas teorias do desenvolvimento sustentável. O dinheiro de projetos como Projeto PPG7 teve a tendência de corromper o movimento e, ao mesmo tempo, causar a tutela dos seringueiros pelos assessores governamentais e não governamentais. Assim, a autônoma gestão destes territórios por suas comunidades foi de fato inibida, abrindo caminho para as novas formas de exploração capitalista que seguiriam nas próximas décadas.

A eleição de Jorge Viana como governador no Acre em 1998 deu início a um novo discurso governamental. O Governo da Floresta se adaptou perfeitamente àquilo que foi proclamado pela comunidade internacional como novo paradigma do desenvolvimento. Logo conseguiu grandes empréstimos dos Bancos Internacionais, como do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A maioria das pequenas ONGs acreanas, que haviam nas décadas anteriores preenchido um papel importante no apoio das lutas dos povos da floresta e no enfrentamento

das represálias do governo anterior, perderam agora sua função, uma vez que o novo governo acreano aparentemente assumia as causas socioambientais. Apenas algumas destas organizações conseguiram se restabelecer, sob forte controle do Governo da Floresta, executando projetos que complementavam suas políticas.

Desta forma, com a necessidade de gerar receitas para poder arcar com as dívidas e praticamente sem controle por parte de atores independentes não governamentais, iniciou-se uma política cada vez mais orientada para a exploração comercial da floresta.

Hegemonia da floresta

Sem que isso fosse uma demanda dos moradores, e apesar dos protestos de uma boa parte deles, projetos de Manejo Florestal Comunitários (PMFCs), com enfoque no manejo da produção de madeira foram introduzidos nas florestas.

Um estudo publicado pelo Museu Goeldi na Reserva Extrativista Chico Mendes revela: “A iniciativa não é bem aceita também por parte dos extrativistas das comunidades, que entendem que o PMFC foi iniciado de forma arbitrária. (Fantimi Crisótomo, 2009, P. 234). Um dos moradores entrevistados, por exemplo, declara: “(...) esse manejo de madeira, do jeito que eles estão querendo fazer, para mim eu considero plano de destruição. Eu prefiro que o incentivo seja dado para exploração da borracha (...)” (ibid. P. 238)

Enquanto isso, o Governo da Floresta – numa adaptação do discurso de sustentabilidade ambiental e equidade social propagado pelas agências internacionais desde a Eco 92 – criava e pregava um conceito que chamava “Florestania”. Tratava-se de um ideal de cidadania ecológica, como se fosse esta a filosofia de vida que norteava as políticas do governo junto às comunidades das florestas acreanas.

Os governantes frequentemente ainda diferenciam entre aqueles que “amam o Acre” e aqueles que querem destruí-lo. Enquanto esta diferenciação bipolar ainda fez sentido nos tempos da violência direta pelos fazendeiros e pelo crime organizado que aterrorizava o povo acreano até 1998, no Governo da Floresta esta figura retórica ganhou uma clara função de exclusão, podendo os governantes usá-la para desaprovar seus críticos. Quando certas informações que podem ameaçar o sistema hegemônico chegam perto das comunidades acreanas, os métodos de censura se tornam coercivos, como mostra o artigo do Movimento Anticapitalista Amazônico (MACA) neste dossiê.

Mecanismos hegemônicos e coercivos de controle como estes possibilitam, por exemplo, que o milho transgênico patenteado pela multinacional Monsanto possa ser introduzido como se fosse uma tecnologia “adequada à produção familiar, aumentando a produtividade e reduzindo os danos ambientais.” (Agência de Notícias do Acre, 2012b), e a prospecção de petróleo no Parque Nacional da Serra do Divisor (Vale do Juruá no Acre) como “um largo

passo para emancipação das comunidades tradicionais do Acre” (Agência de Notícias do Acre, 2012c), sem que estas afirmações fossem questionadas pela imprensa, com exceção de alguns sites de notícias independentes como o blog de Altino Machado.

Marina Silva, a questão da Biopirataria e a Lei das Florestas Públicas

Quando Marina Silva se tornou Ministra do Meio Ambiente em 2002, foi motivo de esperança para muitos que a política ambiental do Brasil poderia se renovar e tomar um novo rumo em direção a uma mudança paradigmática, fazendo-se valer contra a geopolítica neoliberal dominante.

Marina Silva se esforçou para implementar uma lei que regulamentasse o acesso aos recursos genéticos e assegurasse o direito dos povos indígenas e comunidades locais de haver a justa e equitativa repartição de benefícios, como previsto na CDB, mas não pode se impor contra os fortes interesses comerciais que dominavam a maioria dos outros ministérios do Governo Lula. Ela ainda apoiou projetos de prevenção de biopirataria em comunidades indígenas no Acre.

Entretanto, na sua tentativa de encontrar um “caminho do meio”, Marina Silva acabou curvando-se aos interesses dominantes, emitindo licenças ambientais para grandes e controversas obras de infra-estrutura como a hidroelétrica do Rio Madeira na Amazônia. Sob forte influência de ONGs conservacionistas e bem articulado com o “Governo da Floresta”, o Ministério do Meio Ambiente tornou-se sob Marina Silva um importante elo na rede produtora do discurso da Economia Verde.

A lei nº 11.284, por ela criada, dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável voltada a exploração de produtos madeireiros e não-madeireiros e serviços florestais. Esta lei possibilita concessões de até 40 anos para empresas explorarem os recursos da área. O que foi justificado como prevenção de grilagem, para muitos é visto como a legalização da mesma, como privatização da floresta, pronta entrega dos recursos biológicos para empresas multinacionais e viabilização da biopirataria. O Governo do Acre, hoje liderado por Tião Viana, também aposta nas concessões como mais uma possibilidade de valorização econômica da floresta e fechou recentemente um acordo de cooperação com a instituição federal responsável, o Serviço Florestal Brasileiro, noticiando sobre “600 famílias que integram a população tradicional das florestas e serão contempladas por meio do manejo florestal comunitário ou a concessão de florestas”. (Agência de Notícias do Acre 2012a)

Na sua campanha para a eleição presidencial em 2010, Marina Silva, se aliou com a empresa de Cosméticos Natura. As atividades de bioprospecção desta empresa multinacional vêm sendo denunciadas e questionadas por diversas comunidades tradicionais da Amazônia e pelo Ministério Público (MPF/AC 2007). Não obstante estas críticas, a Natura preenche um papel importante nas

discussões da ONU, articulando conceitos como “Ethical BioTrade” (bio-comércio ético).

Ao fazer esta aliança, Marina Silva finalmente perdeu o aval dos poucos que ainda a tinham visto como defensora da Amazônia e contra os interesses da exploração capitalista.

REDD e serviços ambientais – a parceria Acre-EDF

Enquanto a lucrativa extração física de madeira ainda tem grande importância, hoje, o Governo do Acre está fortemente promovendo as novas formas mais abstratas e virtuais de valoração econômica de recursos naturais. O Estado tem uma posição de destaque nas discussões internacionais, sendo considerado pioneiro na implementação de REDD e serviços ambientais. Como o Acre alcançou esta posição?

Existe uma rede de atores que promovem as ideias da economia verde, com a qual o Governo do Acre está bem articulado ou mantém parcerias, entre eles: os grandes bancos como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco BNDES, a Cooperação Técnica do Governo da Alemanha (GIZ), diversas instituições do governo federal do Brasil, ONGs ambientalistas como World Wildlife Fund (WWF), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazonia (IPAM), Forest Trends, Woods Hole Research Center e empresas como por exemplo a Biofílica Investimentos Ambientais.

Destaca-se, nas relações que compõem esta rede, a parceria com o Environmental Defense Fund (EDF) pela função estratégica que obviamente possui para o Governo do Acre na articulação de suas políticas em âmbito internacional. Uma das mais influentes ONGs ambientalistas dos Estados Unidos, o EDF aposta, sob o lema do “green business” (negócio verde), nas parcerias comerciais para a solução de problemas ambientais. Especialistas do EDF colaboraram nas políticas de implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a organização mantém parcerias com corporações como McDonald’s e Walmart e grandes empresas do setor de energia. (EDF 2012a)

O EDF é um dos principais defensores de REDD. Steve Schwartzman, que preenche o cargo de diretor de políticas para florestas úmidas tropicais nesta organização, teve um papel importante em convencer a comunidade internacional a incluir as florestas no MDL do protocolo de Quioto (Moutinho et.al. 2005). A amizade que Schwartzman teve com Chico Mendes, hoje dá peso a suas argumentações referentes à problemática da preservação das florestas tropicais.

As ações que o Governo do Acre e o EDF realizam em apoio mútuo, hoje são apresentadas por eles como se fossem perfeitamente alinhados com as ideias de Chico Mendes, ou seja, como se fossem a continuação de seus ideais. Neste sentido, no site do E, Mendes e chamado de “living legacy” (legado vivo). Ao receber o Prêmio Chico

Mendes de Florestania em 2008, Schwartzman ainda salienta a influência que este “legado” teve nas negociações da ONU, favorecendo a inclusão de um mecanismo de compensação a partir das florestas no acordo climático (EDF 2012c).

Observando as informações que o EDF divulga no seu site sobre o Acre, percebe-se claramente a intenção de projetar o Acre como uma espécie de vitrine para REDD. No informativo intitulado “Acre – Ready for REDD” (EDF 2012b), a organização argumenta que o Acre estaria “pronto para REDD”, entre outros, devido a “liderança estável, boa governança e políticas inovadoras”. Percebe-se ainda uma tendência de distorção de fatos, quando o EDF, por exemplo, tenta evidenciar a “singularly strong position” (posição singularmente forte) do Acre para oferecer créditos de carbono, alegando que entre 2003 e 2008, o desmatamento teria sido diminuído em 70% (ibid.) Entretanto, como mostrou Elder A.de Paula em outro artigo neste Dossiê, fontes do próprio governo estadual nos indicam que o desmatamento aumentou na última década.

SISA e o acordo entre Acre, Califórnia e Chiapas

Após a Avaliação Ecológica do Milênio pela ONU, que impulsionou a discussão dos serviços ambientais a partir de 2005, e após a inclusão de florestas no MDL no acordo climático, que incentivou os programas REDD, o governo acreano avançou rapidamente na implementação de REDD e serviços ambientais, elaborando com apoio com seus parceiros a Lei 2.308, que cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA). Esta lei prepara a base legal para a comercialização dos serviços.

O processo de consultas públicas a respeito da Lei foi questionado, entre outros, por um grupo de 30 organizações da sociedade civil num manifesto intitulado Carta do Acre. A atuação do governo acreano junto aos indígenas, discutindo a implementação do SISA em suas terras, foi denunciada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) no Ministério Público Federal. Ofuscando estes fatos, as informações do governo acreano que o EDF divulga no mundo afora, descrevem o SISA como produto de um amplo processo de consulta de longo prazo, que teria incluído a revisão do projeto pela sociedade civil.

Com a “base legal” do SISA na mão e com ajuda do EDF, o governo do Acre conseguiu, em 2010, fechar um acordo sobre REDD com os Estados da Califórnia (EUA) e Chiapas (México). O memorando visa a comercialização de créditos de carbono que seriam emitidos pelos governos do Acre e Chiapas. As indústrias da Califórnia que causam emissões acima das normas legais do seu Estado poderiam compensar parte destas emissões excessivas através da compra destes créditos.

O mecanismo legal que deve viabilizar este tipo de compensação na Califórnia, o chamado “Cap and Trade” (limitar e comercializar), foi recorrido na justiça por or-

ganizações da sociedade civil californiana, uma vez que causaria danos de saúde para diversas comunidades de baixa renda que vivem em áreas próximas às indústrias poluidoras. Através do Cap and Trade, as indústrias poderiam parcialmente manter suas excessivas emissões e as comunidades teriam que continuar sofrendo os impactos, tais como taxas elevadas de câncer e abortos espontâneos. (CBE 2011)

Em Chiapas, o acordo entre os três governos vem agravando severos conflitos de terra na floresta de Lacandon. Para ficar “Ready for REDD”, o governo de Chiapas precisa comprovar que as áreas a partir das quais os certificados serão gerados estão sob proteção ambiental, e comunidades que vivem na área que foi delimitada pelo governo como parque ambiental agora temem ser expulsas. (Conant 2011)

Enquanto fatos como estes, que poderiam colocar sua política de REDD em dúvida, são ofuscados à sociedade e principalmente aos povos da floresta, o memorândum – numa página do site do EDF intitulada “California Dreaming” (sonho californiano) – é celebrado como passo para a solução da crise climática e ambiental.

A visão de Chico Mendes

Schwartzman (EDF 2012b) relata uma fala de Marina Silva no decorrer de um evento paralelo que foi realizado pelo Governo do Acre na Conferência Climática COP 16, no contexto do SISA e do acordo com Califórnia e Chiapas. Marina Silva teria dito que, quando Chico Mendes estava vivo, ela achava que ninguém, exceto talvez Schwartzman, importava-se com a luta do movimento no Acre. Mas com o decorrer do tempo, ela começou a perceber que havia pessoas fora do Acre que compartilhavam sua visão.

Sem querer diminuir o mérito que pessoas como Schwartzman podem ter tido na defesa dos seringueiros, quando estes, juntos com Chico Mendes tinham que temer



por suas vidas, temos que perguntar: Quais alterações a visão do movimento liderado por Chico Mendes sofreu, a partir do momento que ela foi compartilhada pelas pessoas fora da região? Quais, quando ela foi acolhida e discutida pelas ONGs, os Bancos e agências internacionais? Quais, quando ela foi assumida pelo Governo da Floresta? (O artigo de Maria de Jesus Moraes neste dossiê analisa esta questão mais detalhadamente.) Nos depoimentos que temos de Chico Mendes, tal como o bilhete “Atenção Jovem do Futuro” (veja artigo supracitado) ele apresenta sua visão como essencialmente anticapitalista. Como ela chegou ao ponto de servir para promover o comércio de eco-créditos?

E enfim: porque amarrar-se na figura de Mendes, enquanto hoje há representantes vivos deste mesmo movimento, que arriscaram suas vidas juntos com ele e que ativamente dão continuidade na luta contra a espoliação da floresta, tais como Osmarino Amancio ou Dercy Teles?

Retroalimentando a dominação

Mostra-se que o Governo do Acre hoje preenche um papel chave na rede internacional que produz do discurso da Economia Verde e promove a implementação do novo regime de acumulação do capital. Existe uma relação de retroalimentação entre esta rede, de onde os atores multinacionais – Bancos, ONGs, as instituições da ONU canalizam recursos financeiros para o Governo do Acre, que pode assim manter e fortalecer seu controle hegemônico dentro do estado. O Acre, em contrapartida, alimenta, através de articuladores como o EDF o discurso da Economia Verde, servindo como vitrine. O controle hegemônico por sua vez é enxergado pelos financiadores e remunerado por eles como sendo “estabilidade política”. Nesta lógica também se insere o financiamento de 66,7 milhões de Reais concedido pelo Fundo Amazônia para o Projeto de Valorização do Ativo Ambiental Florestal do Acre, que visa promover principalmente a comercialização de serviços ambientais.

Mostra-se também que a lógica fundamental, na qual a Economia Verde se baseia, é a mesma que percorreu a expansão do capitalismo durante o século passado, desde o fordismo até sua reformulação pós-fordista: esporádica reorganização dos mecanismos de acumulação de capital e contínua promoção de seu controle sobre sociedades, recursos e territórios, tal como a Amazônia.

Reencontramos enfim, na base do sistema de produção do discurso da Economia Verde a partir do Acre, o paradigma da dominação, com seu característico entrelaçamento entre racionalidade e mito: conceitos técnico-científicos aliando-se a construções míticas acerca de uma floresta amazônica virtual e seu mártir imaginário. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ADORNO. T.W. 1985, *Dialética do Esclarecimento*, Zahar: Rio de Janeiro, 1985
- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE 2012a, Serviço Florestal Brasileiro assina cooperação com o Acre no próximo mês [http://www.agencia.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=15101&Itemid=26, acessado em 19/03/2012]
- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE 2012b, Secretaria de Agropecuária apresenta novidade para plantio de milho a agricultores [<http://www.agencia.ac.gov.br/index.php/noticias/producao/17379-secretaria-de-agropecuaria-apresenta-novidade-para-plantio-de-milho-a-agricultores.html>, acessado em 19/03/2012]
- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE 2012c, Prospecção no Juruá: um largo passo para emancipação das comunidades tradicionais do Acre [<http://www.agencia.ac.gov.br/index.php/noticias/especiais/18716-prospeccao-no-juruá-um-largo-passo-para-emancipacao-das-comunidades-tradicionais-do-acre.html>, acessado em 19/03/2012]
- BRAND, U., GÖRG, C. 2003, *Postfordistische Naturverhältnisse: Konflikte um genetische Ressourcen und die Internationalisierung des Staates*, Münster: Westfälisches Dampfboot, 2003
- CBE 2011, Communities for a Better Environment's Comments on ARB's Supplement to the AB 32 Scoping Plan FED [<http://www.cbecal.org/pdf/CBE%20Comment%20re%20SUPP%20ALTS%20to%20FED-1.pdf>, acessado em 21/03/2012]
- CONANT, J. 2011, A Broken Bridge to the Jungle: The California-Chiapas Climate Agreement Opens Old Wounds [<http://climate-connections.org/2011/04/07/a-broken-bridge-to-the-jungle-the-california-chiapas-climate-agreement-opens-old-wounds/> em 21/03/2012]
- CUT/CNS 1998, Entrevista com Chico Mendes "A defesa da Vida" realizada durante o 3º Congresso Nacional da CUT, em Revista Chico Mendes 9/9/88
- EDF 2012a, EDF+Business, accelerating environmental innovation [<http://business.edf.org/>, acessado em 20/03/2012]
- EDF 2012b, Ready for REDD: Acre's State Programs for Sustainable Development and Deforestation Control, [<http://www.edf.org/content/ready-redd>, acessado em 20/03/2012]
- EDF 2012c, EDF's Schwartzman Remembers Chico Mendes [<http://blogs.edf.org/climatetalks/2008/12/24/edfs-schwartzman-remembers-chico-mendes/>, acessado em 20/03/2012]
- ESCOBAR, A. 1995, *Encountering Development: The Making and Unmaking of the third World*, Princeton University Press: Princeton N.J., 1995
- ETC 2012, Who Will Control the Green Economy? [http://www.etcgroup.org/upload/publication/pdf_file/ETC_wwctge_14dec2011_4web.pdf, acessado em 20/03/2012]
- FANTINI, A.C., CRISÓTOMO C.F. 2009, Conflitos de interesses em torno da exploração madeireira na Reserva Extrativista Chico Mendes, Acre, Brasil, *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 4, n. 2, p. 231-246, maio-ago. 2009
- GOVERNO DO ACRE 2012, "Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais" [http://www.observatoriodoredd.org.br/portal/upload/artigo/Lei_SISA.pdf pdf acessado em 20/03/2012]
- MORENO, C., Moreno, Camila (2009) *Florestas, Clima e Política. Texto de subsídio para o debate*, Terra de Direitos (22/06/2009). [http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2009/06/Florestas_clima_e_politica.-CamilaMoreno.pdf, acessado em 18/04/2012]
- MPF/AC 2007, Ação civil pública do Procurador da República Procurador José Lucas Perroni Kalil
- de, Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Estado do Acre, Rio Branco: 2007
- PNUMA 2011, Green Economy Report - Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication, PNUMA 2011 [http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/GER_synthesis_en.pdf, acessado em 18/03/2012]
- MOUTINHO P., SANTILLI M., SCHWARTZMAN S., RODRIGUES L. 2005, Why ignore tropical deforestation? A proposal for including forest conservation in the Kyoto Protocol [<http://www.fao.org/docrep/009/a0413e/a0413e00.htm>, acessado em 20/03/2012]
- SOUZA, I. 2011, Amor nos tempos da cólera: notas sobre democracia no Acre. [<http://insurgente coletivo.blogspot.com.br/2011/10/amor-nos-tempos-da-colera-notas-sobre.html>, acessado em 28/03/2012]
- WRM 2012, Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, Boletim Número 175 – Serviços Ambientais, Fevereiro 2012, [<http://www.wrm.org.uy/boletim/175/Boletim175.pdf>, acessado em 20/03/2012]



Usos e abusos da imagem de Chico Mendes na legitimação da “economia verde”

Maria de Jesus Moraes*

Introdução

As diferentes trajetórias de vida dos índios, seringueiros, regatões, ribeirinhos e sulistas caracterizam, hoje, a identidade do povo acreano e constituem a base para a construção do novo modelo de desenvolvimento, baseado na valorização dos recursos florestais e da sociobiodiversidade (ACRE, 2010a).

Com este parágrafo publicado no Resumo Educativo, do livro “O uso da terra acreana com sabedoria”, do Zoneamento Ecológico Econômico do Acre, iniciamos esta conversa sobre usos e abusos de imagens de Chico Mendes, pelo governo do Estado acreano.

A ênfase a “diferentes trajetórias” é recorrente desde o início de 1999, quando se instala a primeira gestão do Governo da Frente Popular do Acre-FPA⁽¹⁾. Desde então, a imagem de Chico Mendes é performaticamente proferido como o idealizador do direcionamento econômico que toma corpo no Estado, utilizada também para ilustração de documentos do governo como a capa da *Cartilha do Plano de Valorização Ambiental* (ver figura 01).

Aqui, em nossa conversa, tentaremos responder a duas perguntas: 1 - Por que o discurso identitário ganhou tanta visibilidade e importância no Acre na primeira década do século 21? 2 - Quais são os projetos políticos e econômicos vinculados a esse discurso identitário? Para respondê-las vamos começar discutindo um pouco desta trajetória entre o grupo do Governo da FPA e os movimentos sociais no Acre.

Um pouco da história do governo do PT e do uso da imagem de Chico Mendes

A questão identitária, enquanto bandeira de propaganda política no Acre, já estava posta pelo grupo que formaria mais tarde a FPA, desde a campanha eleitoral para governo estadual de 1990. O que significa dizer que a questão da apropriação e ressignificação dos “sonhos e ideais” de

Figura 01 – Capa de uma das Políticas do Governo do Acre - REDD



Fonte: Acre (2009).

Chico Mendes vêm de longa data. Na campanha eleitoral de 1990, para ressaltar a identificação do candidato da FPA com as principais questões do povo acreano, em oposição aos “de fora”, os principais símbolos identitários do Acre foram acionados. Os símbolos que lembram episódios da “Revolução Acreana” foram utilizados com objetivos de estabelecer a conexão entre o período de 1889 e 1903 (período da denominada “Revolução Acreana”) com os conflitos e tensões das décadas de 1970-1980, protagonizados por índios e seringueiros, em luta contra os

* **Maria de Jesus Moraes:** professora adjunta e pesquisadora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: mjmoraes@hotmail.com.

⁽¹⁾ Frente de partidos políticos liderada pelo Partido dos Trabalhadores.

“paulistas” (os de fora) e por seus territórios tradicionais.

Dois aspectos contribuíram para o sucesso da campanha eleitoral e gestão de Jorge Viana: um foi a discussão dos problemas socioambientais provocados pelo modelo econômico vigente, para o qual eram apresentadas “alternativas econômicas para a crise do extrativismo” por meio do “desenvolvimento sustentável”; e o outro foi o uso do movimento social protagonizado por seringueiros e índios contra a expropriação territorial e em defesa da floresta como meio de sobrevivência. Naquele momento, o discurso sobre a “sustentabilidade ambiental”, nacional e internacional reconhecia o papel das comunidades locais na gestão dos recursos naturais.

Em 1999 iniciam-se as gestões da FPA⁽²⁾, hoje (2012) em sua quarta versão. Nas duas primeiras gestões deste governo (1999-2006), autodenominado de “Governo da Floresta”, houve todo um investimento no que diz respeito a (re)significação da identidade acreana. Nesta (re)construção identitária, os eventos históricos foram ressignificados, não para negá-los, mas para introduzir a trajetória de índios e seringueiros como símbolos do “verdadeiro acreano”. Com o *slogan* Governo da Floresta, tentava-se associar-se como ‘governo dos povos da floresta’, “inspiração” do movimento social de índios e seringueiros, mas o que tem se concretizado é um governo interessado na produção de um território de negócio, dissociando, na prática, “recursos” de “povos da floresta”.

Para legitimar o plano de governo e conseguir a “simpatia” dos movimentos sociais (o que, não raras vezes, deu-se por cooptação de lideranças e no esvaziamento praticamente completo dos movimentos), houve todo um investimento no que diz respeito a reafirmar a identidade acreana, afinal de contas era o governo do Centenário do Acre. A partir de 1999 se dá a (re)construção de obras e monumentos com objetivos de reafirmar uma certa identidade acreana, acompanhada por um discurso performaticamente proferido de que o Novo Acre é a continuidade das lutas e anseios dos movimentos sociais. Além destes aspectos, da construção da Acreanidade, o direcionamento econômico do Estado, como a adoção do Programa de Desenvolvimento Sustentável no Acre, era associado e legitimado à realização dos sonhos de Chico Mendes, e, ao mesmo tempo, se estava “resgatando a cultura florestal” do acreano.

O Governo da Floresta atuou, portanto, em duas direções: uma, na adoção do modelo de “desenvolvimento sustentável”, justificado como a continuidade dos “sonhos

de Chico Mendes”; e em outra, no “resgate” e valorização dos signos da identidade acreana, tanto para elevar a “autoestima” do seu povo quanto para justificar e legitimar o “discurso florestânico”.

O discurso e narrativa da Acreanidade

A “acreanidade”, termo que define a identidade acreana, foi criada pelo Governo da Floresta em contraste com o termo acreanismo, relacionado ao movimento da elite local, que em diferentes momentos históricos acionou um discurso identitário para reivindicar junto ao governo federal a criação do Estado do Acre. A acreanidade é uma ressignificação da identidade acreana e está pretensamente ancorada na trajetória de índios e seringueiros no Acre, sem, no entanto, negar os signos identitários do acreanismo.

Na construção da acreanidade foi realizado um “resgate” das raízes culturais, ou seja, dos traços que poderiam contribuir com maior sucesso para o fortalecimento do discurso identitário, como os mitos de origem, os heróis fundadores e as referências territoriais. Para isso entrou em cena o trabalho de enquadramento da memória coletiva. Este foi realizado pelas “vozes autorizadas” para a construção de uma memória oficial (não necessariamente coletiva), “recuperando” um passado que deveria “ter o direito à perpetuidade”, contribuindo para certa coesão social, para a construção de um sentimento de pertencimento, de um passado comum a todos, bem como invocar tradições como fundamento “natural” da identidade que estava sendo reafirmada. O apelo à memória foi e é utilizado no sentido de reforçar a coesão dos grupos e da sociedade em prol de um “sentido” para os mais de cem anos de história do Acre. Sentido esse que é encadeado pelo trabalho de enquadramento da memória em uma sequência cronológica linear e não conflituosa.

Esse trabalho articulou três eventos históricos: a Revolução Acreana (1899-1903), o Movimento Autonomista do Acre (1957-1962) e o movimento social de índios e seringueiros (1970 e 1980). Os dois primeiros já eram reconhecidos pela historiografia regional como eventos importantes da história do Acre, e o terceiro é inserido. Para a produção de sentido identitário foram construídos elos entre tais eventos, sobretudo o da evocação da “luta”: o acreano é um povo lutador. A primeira luta foi a que os migrantes nordestinos tiveram que travar para se amansar na floresta; a segunda foi a luta pela defesa

⁽²⁾ Primeira e segunda gestão 1999-2006 (Jorge Viana), terceira 2007-2010 (Binho Marques) e quarta 2011 (Tião Viana).

⁽³⁾ Um olhar mais atento e amplo revelaria que a ideia de “um povo que lutou para ser brasileiro” é menos original e única do que possa parecer. Um exemplo é dado pela construção da identidade gaúcha, que faz uso de ideia semelhante. A comparação entre as construções das identidades acreana e gaúcha apresenta pontos em comum: pretensas revoluções como mitos fundadores (Revolução Acreana e Revolução Gaúcha); a migração como principal elemento característico da população; a condição de fronteira; e a relação conflituosa ou pelo menos ambígua com o poder central. Atualmente, outra aproximação é a ênfase tanto no Acre como no Rio Grande do Sul da valorização de seus hinos estaduais, até mais cantados eufemisticamente que o hino nacional (para aprofundamentos na compreensão de tais construções identitárias, ver MORAIS, 2008, e OLIVEN, 1992).

dos seringais (Revolução Acreana); a terceira foi a luta contra a federalização do território do Acre (movimento autonomista); a quarta foi a luta contra os “paulistas” (movimentos sociais); e a última, continuação das anteriores, a inaugurada pelo Governo da Floresta, por um novo modelo de desenvolvimento econômico.

Destes eventos foram construídos os discursos e seus heróis fundadores. O “mito fundador” é a Revolução Acreana e os *brasileiros do Acre* os protagonistas da Revolução. Este mito é construído em torno da conquista do território que pertencia aos bolivianos e peruanos e que fora ocupado e conquistado por nordestinos na passagem do século 19 para o 20. O acreano, portanto é o povo que lutou para ser brasileiro!⁽³⁾

No que diz respeito aos heróis, do primeiro evento foram escolhidos Luiz Galvez e Plácido de Castro: o primeiro pela criação do Estado Independente do Acre (1889) e pelo discurso fundador do Acre; e Plácido de Castro é aquele que organizou um exército de seringueiros e ganhou a guerra, em sua fase “sangrenta” da denominada “Revolução Acreana” (1902-1903). Do Movimento Autonomista foi escolhido José Guiomard dos Santos, autor do Projeto de Lei que criou o Estado do Acre. E do movimento seringueiro foi escolhido Chico Mendes. Estes heróis servem, por exemplo, para ilustrar documentos oficiais do governo, como este da figura 02, onde figuram Plácido de Castro, Luiz Galvez e Chico Mendes.

Figura 02 – Capa do Livro Temático: Cultural Político do ZEE



Fonte: Acre (2010b).

É Chico Mendes o herói mais difundido atualmente, mais falado e mais acionado para a “venda da imagem Acre”, tanto interna quanto externamente. Internamente, entre os seringueiros, para ganhar adesão à proposta do

governo e, externamente, dado o simbolismo que carrega o nome de Chico Mendes no mundo afora, para angariar fundos externos.

Do discurso fundador do Acre, ‘proferido’ por Luiz Galvez, em 1889, é ressaltada a indignação dos brasileiros do Acre contra a posse da Bolívia, e contra a decisão do governo brasileiro de considerar as terras reivindicadas pelos “revolucionários do Acre” em território incontestavelmente boliviano. O discurso fundador é retroalimentado pelos discursos dos autonomistas, misturando outros discursos como o de que “hoje somos a continuidade dos ideais dos primeiros acreanos” ou:

[...] nosso projeto é mostrar que é possível viver na floresta sem destruí-la, aproveitando seus recursos com sabedoria, apontando o caminho que a humanidade procura. Uma sociedade da floresta, juntando tradição e a modernidade, o passado e o futuro, eis o que podemos ser (governador Jorge Viana, durante as comemorações do Centenário).

A acreanidade, nas palavras oficiais: é o reencontro do acreano com a floresta (propiciado pelo Governo do PT) através do reconhecimento de uma matriz florestal da sociedade acreana e da implementação de políticas florestais. É o processo de valorização do passado, ou seja, da história do acreano e do seu modo de vida (realizado pelo Governo da Floresta via programa de desenvolvimento sustentável e do “resgate” da memória acreana). É o sentimento de pertencimento: do povo acreano ao território do Acre. Construído discursivamente através da suposta valorização da trajetória dos homens que fizeram o Acre; construído, enquanto discurso, a partir da chegada dos migrantes nordestinos aos altos rios, os quais foram amansados pela floresta, a partir da vida que tiveram que aprender a viver com os índios. É também a releitura do passado, a busca dos conhecimentos e valores dos povos que aqui viviam e que aqui chegaram, do aprendizado com o passado ao longo dos mais de cem anos de história.

A acreanidade funda uma nova ordem de significados sem negar, no entanto, as anteriores, agregando vários discursos:

A cultura extrativista foi resgatada, voltou às origens. No Acre temos a floresta e temos uma cultura extrativista que vive a cultura florestal mais abrangente. Enquanto sociedade florestal, a utilização da floresta é um caminho a ser trilhado (Resende⁽⁴⁾).

A acreanidade vem da vida na floresta. E serve para você explicar o desejo de solução para a Amazônia. O Acre foi um Estado isolado, abandonado, deixado à própria sorte e, no entanto, tem mostrado uma nova maneira de viver na floresta (Elson Martins⁽⁵⁾).

⁽⁴⁾ O Engenheiro Florestal Carlos Ovídio Duarte, conhecido como Resende (dada a sua origem geográfica, nascido em Resende - Rio de Janeiro) nos concedeu entrevista em abril de 2008. Resende foi coordenador do setor de indústria florestal da FUNTAC, coordenador do Projeto BID e Secretário de Floresta desde a segunda gestão do governo de Jorge Viana, em 2003.

⁽⁵⁾ Um dos intelectuais articulador da acreanidade.

Chico Mendes no “discurso florestânico”

Com o Governo da Floresta ocorre um “resgate” e valorização da história do Acre construindo outros sentidos, em especial aquele no qual o Estado é apresentado com uma vocação florestal. Vejamos alguns trechos de discursos de membros do governo da FPA em alusão aos sonhos e ideais de Chico Mendes. Em julho de 2007, quando o Acre sediava o 1º Encontro Internacional de Manejo Florestal Comunitário promovido pela ITTO (entidade parceira do governo do Estado do Acre no manejo florestal da Floresta Estadual do Antimary), o secretário de planejamento fazia a seguinte afirmação:

O segredo da sustentabilidade defendido pela Florestania foi criado por Chico Mendes, cuja proposta de criar as Resex (reservas extrativistas) como forma de garantir o meio de produção dos seringueiros uniu a preservação ambiental ao interesse econômico. Nós somamos à ecologia e ao meio ambiente os elementos da ética, cultura, o conhecimento tradicional e a distribuição de renda que dão sustentabilidade à Florestania (Gilberto Siqueira⁽⁶⁾, Página 20: 05-06-2005).

Em outro discurso, o então governador Jorge Viana dizia: “o Chico passou a vida lutando pela implantação de um projeto de desenvolvimento econômico que levasse em conta os recursos naturais e as culturas e tradições das populações tradicionais” (Jornal “Página 20”, 23-12-2006).

Assim como o nome de Chico Mendes é ressaltado para legitimar ações e iniciativas que não estavam postas quando ele vivia, algumas falas também são alteradas. Um primeiro exemplo é o texto produzido no II Encontro Nacional de Seringueiros, ocorrido em Rio Branco em 1989. Este foi publicado recentemente na cartilha que divulga o Programa REDD. Nesta cartilha, o texto ganha o título de **Manifesto dos Povos da Mata**:

Nós, os povos estabelecidos aqui há muito tempo, fazemos brilhar, hoje, sob o céu do Amazonas, o arco-íris de uma aliança dos povos da mata. E declaramos nosso desejo de preservar nossas formas de vida e as regiões onde nos estabelecemos. Temos certeza de que o futuro de nossas comunidades se encontra no desenvolvimento de suas capacidades pessoais e econômicas, mas também que a nação brasileira por amor à sua identidade e em respeito consigo própria dê-nos garantia de proteção. O acordo dos Povos da Mata, que concluímos aqui no Acre, reúne índios, seringueiros e habitantes das margens dos rios no espaço comum de proteger e preservar aquele grande, no entanto, frágil ciclo vital, formado por nossas matas, lagos, rios e fontes. Pois ele é fonte de nossas tradições culturais.

Em 1989, quando o texto foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e pela União das Nações Indígenas, levava o título de Declaração dos Povos da Floresta:

As populações tradicionais que hoje marcam no céu da Amazônia o Arco da Aliança dos Povos da Floresta proclamaram sua vontade de permanecer com suas re-

giões preservadas. Entendem que o desenvolvimento das potencialidades destas populações e das regiões em que habitam se constitui na economia futura de suas comunidades e deve ser assegurada por toda a Nação Brasileira como parte da sua afirmação e orgulho. Esta Aliança dos Povos da Floresta reunindo índios, seringueiros e ribeirinhos iniciada aqui, nesta região do Acre, estende os braços para acolher todo esforço de proteção e preservação deste imenso, porém frágil sistema de vida que envolve nossas florestas, lagos, rios e mananciais, fonte de nossas riquezas e base de nossas culturas e tradições. (Conselho Nacional dos Seringueiros - União das Nações Indígena) (www.cnsnet.org.br).

A mudança do segundo texto (2009) para o primeiro (1989) parece, à primeira vista, inexistente e, no extremo, inconsequente. No entanto, com um olhar mais cuidadoso, linhas e entrelinhas redefinem tanto a forma como o conteúdo. E a questão não é apenas interpretativa ou hermenêutica, mas a da manipulação profunda dos termos e do sentido do texto. **No texto de 1989**, toda a ênfase é dada sobre os “Povos” e “populações” e sua relação orgânica com o “imenso” “sistema de vida”, que faz existir povos e territórios (seringueiros, indígenas, ribeirinhos, floresta, rios, varadouros...). Para o “desenvolvimento destas populações e das regiões”, o seu sentido comum mais profundo é aquele dado pela “comunidade”. Ali, são povos e populações que tomam a centralidade.

Inversamente, **no texto de 2009**, mesmo que o termo “comunidade” permaneça presente, seu sentido é mudado e manipulado para o “desenvolvimento de suas capacidades pessoais e econômicas”, em uma clara orientação neoliberal e mercantilista. O “sistema de vida” de antes vira “ciclo vital”, com a ênfase recaindo sobre a floresta como “recurso” e não nos povos e populações como legítimos sujeitos na autonomia e autodeterminação de seus rumos, dentro e fora de seus territórios (aliás, o apontamento do termo “vital”, mesmo que inconscientemente, apenas revela a nova ênfase, agora centrada no papel do Estado como determinador dos rumos de sua população e de seu território, em consonância com o que fora preconizado por Friedrich Ratzel quando propôs a ideia de “espaço vital”, como aquele garantidor do expansionismo alemão que se pleiteava a partir da segunda metade do século 19 e que se constituiu como um dos alicerces do nazi-fascismo posterior).

Em um outro exemplo, a capa da cartilha do “Plano de Valorização do Ativo Ambiental: Programa de Pagamento por Serviço Ambiental – fração carbono” é ilustrada com várias imagens de Chico Mendes, e na contracapa apresenta o seguinte texto de uma de suas falas:

Meu sonho é ver toda esta floresta preservada, porque nós entendemos que ela é a garantia de todo o futuro dos povos da floresta. Não é só isso, nós não queremos, nós estamos conscientes de que a Amazônia não pode ser um santuário intocável.

⁽⁶⁾ Secretário da Secretaria de Planejamento do governo do Acre, desde 1999.

Agora nós acreditamos que com as reservas extrativistas, e basta que o governo leve a sério as propostas dos seringueiros e dos índios, que eu acredito que, em poucos anos, a Amazônia poderá se transformar em uma região economicamente viável, não só para nós, mas para o país e para toda a humanidade.

Para todo o planeta. Agora, sua destruição eu acho que significa o genocídio de todos nós que moramos nestas matas e com repercussão negativa para o resto do país e para a humanidade.

Eu acho, eu considero a Amazônia uma região rica. Ela tem uma enorme variedade de produtos extrativistas. Basta que se leve em consideração a proposta dos seringueiros.

Ela pode ser preservada e economicamente importante para todos nós. Este é meu sonho.

Eu sei que talvez eu já tenha quinze anos diretos na luta. Meu sonho é o seguinte, eu sei que talvez eu não vou chegar a este momento, pois estou com idade mais avançada, mas, pelo menos, é minha esperança que todos os nossos jovens vão usufruir deste trabalho e realmente os jovens, daqui pra frente, eles vão ser os grandes beneficiários deste futuro da Amazônia.

Uma Amazônia preservada e economicamente viável. Nós queremos provar isso, basta que o governo leve a sério. E eu acredito que na hora em que as primeiras reservas extrativistas começaram a dar os seus frutos, o governo vai ter que conhecer a importância deste trabalho que nós pretendemos desenvolver. Para o nosso bem e para o bem de toda humanidade.

Este é o meu sonho, é ver a Amazônia livre dos fazendeiros, livre da motosserra, livre do fogo devorador, este é o meu sonho.

Algumas questões nos chamam a atenção nesta última fala. Partindo do princípio que ela foi falada por Chico Mendes. Vamos considerá-la a partir do documento *Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia*, do CNS de 1993, portanto cinco anos após o seu assassinato. A primeira é com relação ao papel do Estado com o movimento seringueiro. Ao Estado caberia assegurar as condições necessárias para que os ocupantes das reservas extrativistas (seringueiros, ribeirinhos e demais populações existentes nessas áreas) pudessem neles permanecer. Tal permanência requeria, necessariamente, a adoção de um “conjunto de políticas públicas voltadas tanto para a elevação dos níveis sociais de vida e renda dessas populações quanto para a proteção do meio ambiente”. Como a floresta era vista como “um potencial de exploração ainda largamente desconhecido, caberia, a longo prazo, desenvolver pesquisas”, com o intuito de ampliar esse conhecimento e gerar novas tecnologias para uma utilização “sustentável” da floresta.

A curto prazo, dever-se-ia priorizar subsídios à borracha e à castanha, habitualmente exploradas pelas populações que vivem na floresta. Cabe salientar que a “exploração de madeira para fins comerciais era absolutamente descartada naquele esboço inicial da proposta

de Reserva Extrativista”. Mas, o que temos visto é que a questão da exploração madeireira passa a ser defendida pelo Governo da Floresta como se fosse conquista do movimento social. Outra questão é o uso da imagem e de falas de Chico Mendes para legitimar questões como a exploração e a política de valorização do ativo ambiental, pois naquele momento em que Chico viveu e militou no movimento seringueiro estas questões não estavam postas e, portanto, justificar em seu nome como sonho dele é manipulação.

Algumas lideranças do movimento seringueiro ressaltam que o desdobramento do governo do PT não é continuidade dos sonhos do Chico Mendes. Com relação a este movimento são silenciadas as questões mais importantes, como a luta pela permanência nas colocações de seringa como seringueiros. Na realidade o que se assiste é a tentativa de transformá-los em mão de obra a favor de madeireiros. Nesse aspecto tem havido uma manipulação dos ideais dos movimentos sociais em favor de um discurso sobre o desenvolvimento sustentável, beneficiando a elite local em consórcio com interesses econômicos exógenos. Com os negócios sustentáveis transformam-se os locais simbólicos da luta do movimento social dos povos da floresta em vitrines destes, a exemplo do que vem ocorrendo no Projeto de Assentamento Chico Mendes, mais conhecido como “Seringal Cachoeira”. O Seringal Cachoeira foi o local onde viveu Chico Mendes, que foi “comprado” pela família Alves (condenados pelo assassinato do líder seringueiro), local onde ocorreram embates contra desmatamentos e expulsão de seringueiros e hoje é exemplo do manejo madeireiro.

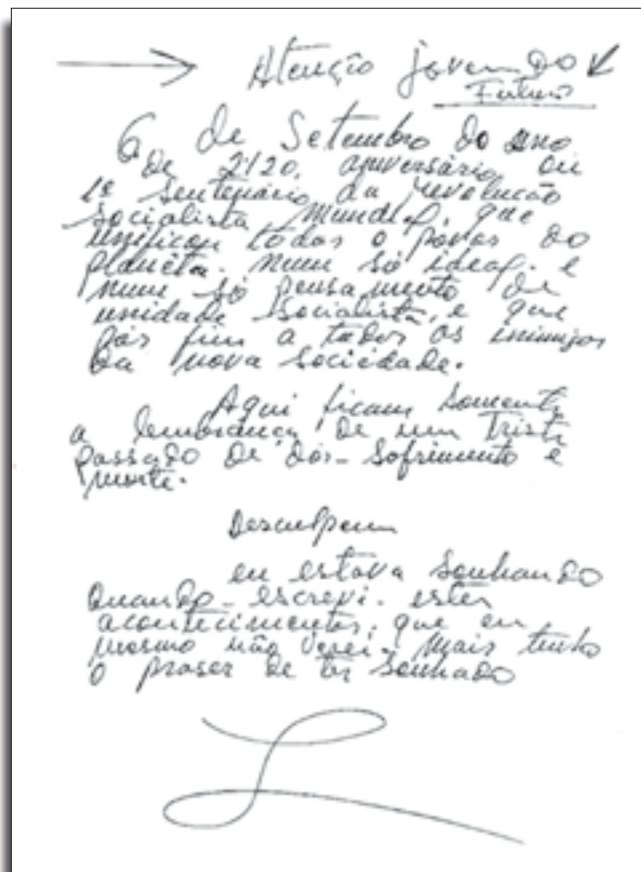
“Quando começou o movimento de resistência”, diz Osmarino Amâncio, a “concepção era que nós só temos condições de sobreviver se a gente fizer a floresta sobreviver”. Opinião também da sindicalista Dercy Teles: “o movimento em nenhum momento, antes de ser aparelhado/atrelado pelo Estado, antes de muitos dirigentes terem cargos comissionados, defendia a exploração madeireira” (entrevistas a Moraes, 2008).

Retornando às perguntas iniciais: por que o discurso identitário ganhou tanta visibilidade e importância no Acre na primeira década do século 21? E quais são os projetos políticos e econômicos que estão vinculados a tal discurso? Podemos dizer que o “Governo da Floresta” se constituiu material e simbolicamente como o representante legítimo do “povo” na construção de uma nova “era” para o Acre, desenvolvendo uma relação populista e de cooptação do “povo”, mas também dos movimentos sociais. A ênfase em um novo modelo de exploração da floresta foi associada discursivamente à manipulação de ideais “locais” (da “floresta”, em torno de Chico Mendes) em consonância com a lógica global de conversão da natureza em território de negócio.

Constatação e crítica já manifestadas bem antes, justamente no bojo das comemorações do “Centenário da Revolução”, como apontado em Editorial do jornal “Empate”, de 2003:

Quinze anos após o covarde assassinato de Chico Mendes, seus antigos companheiros de luta, aqueles que nada ganharam mercantilizando sua memória e sonhos, aqueles que continuaram e continuam trabalhando e vivendo no interior da floresta, sem deixar de ser o que eram; sem tornarem-se prefeitos, vereadores, deputados, ou seja lá o que for, assistem atônitos seus ex-companheiros de 'viagem' entregarem-se à causa da retirada e comercialização de madeira que tanto criticavam e que tantas dores produziu. Os princípios que projetaram as lutas dos trabalhadores rurais acreanos e lançaram seu representante maior no cenário internacional foram abandonados em troca de um enganoso projeto de 'desenvolvimento estadual' com 'sustentabilidade'. Os inimigos de Chico Mendes o eliminaram fisicamente. Os que se diziam seus amigos e aliados que, hoje, vivem e acumulam cargos e benefícios à custa de sua memória, tratam de eliminar seus sonhos, seus projetos, sua herança, seus princípios de não mercantilizar a floresta (Jornal Empate, 2003).

Os "povos da floresta" e suas trajetórias – mais que o "Governo da Floresta" – têm muito a dizer. Mais que falar por eles e por elas, é chegada a hora, mais que nunca, de se chegar próximo, bem próximo, andar e, sobretudo, ouvir. É preciso, sempre, praticar a pedagogia do ouvido. É preciso, sobretudo, continuar sonhando o sonho do revolucionário Chico Mendes. ■



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACRE, Governo do Estado do. **Plano de Valorização do Ativo Ambiental** – Programa do Ativo Florestal. Rio Branco, 2009.
- ACRE, Governo do Estado do. **O uso da terra acreana com sabedoria:** resumo educativo. In. Zoneamento Ecológico Econômico do Acre. Rio Branco: Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre, 2010a.
- ACRE, Governo do Estado do. Livro temático: Volume 4. **Cultural Político.** In. Zoneamento Ecológico Econômico do Acre. Rio Branco: Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre, 2010b.
- CONSELHO Nacional dos Seringueiros. **Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia.** Rio Branco, CNS, 1993.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **O testamento do homem da floresta:** Chico Mendes por ele mesmo. Rio de Janeiro, FASE: 1989.
- MORAIS, Maria de Jesus. **"Acreanidade":** invenção e re-invenção da identidade acreana. Niterói. Tese (Doutorado em Geografia), UFF. 2008.
- OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo:** a diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.
- PAULA, Elder Andrade de. **O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e a Luta Pela Terra no Acre:** conquistas e retrocessos. Presidente Prudente: Revista Nera, jul./dez, 2004.
- PAULA, Elder Andrade de. **(Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental.** Rio Branco: EDUFAC, 2005.
- RODRIGUES, Osmarino Amâncio. O segundo assassinato de Chico Mendes. Brasília, 1990 (mimeo).
- SOUZA, Israel Pereira Dias de. Reformas do Estado e o discurso florestânico no governo da frente popular: entre a epopéia e a tragédia. Rio Branco. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais), UFAC, 2005.
- PÁGINA 20. Construindo uma nova civilização na Amazônia. Rio Branco, 05-06-2005.
- PÁGINA 20. Jorge Viana Inaugura Biblioteca da Floresta Marina Silva. Rio Branco, 23-12-2006.

Povos indígenas do Acre: mentiras históricas e história das mentiras

Lindomar Dias Padilha

Localizar os povos dos quais falaremos nas próximas páginas me parece fundamental para que o leitor possa mais facilmente entender de “quem” e de “quando” estamos falando. Os povos indígenas em questão, apresentados aqui como Povos Indígenas do Acre, são os seguintes, divididos ainda por família lingüística: Pano (Poyanawa, Nukini, Jaminawa, Kaxinawa (Hunikui), Shanenawa, Yawanawa, Katukina, Jaminawa Arara, Kaxarari, Arara, Apolima-Arara, Nawa e Kontanawa ou Kuntanawa); Aruák (Ashaninka, Mâxineri e Apurinã; Arawá (Jamamadi e Madjá (Kulina), não mencionados os povos que se encontram isolados e nem os Kanamari do Baixo Juruá. Todos porém habitantes da região denominada de Amazônia Ocidental. Compreendendo todo o Estado do Acre (maior parte) e parte do sul do Estado do Amazonas (região de Boca do Acre e Pauini) e noroeste do Estado de Rondônia (Extrema- Distrito de Porto Velho).

Os povos indígenas da região foram contatados desde o fim do século 19. Primeiro, para trabalharem nas frentes extrativistas e depois transformados em seringueiros, barraqueiros, diaristas, mateiros, varejadores, caçadores nas fazendas agropecuárias e em peões⁽¹⁾. Dessa forma, a situação destes povos só pode ser entendida dentro dos projetos e realizações da sociedade não indígena influente na região que primeiro se apropriou de seus territórios e depois de sua própria força de trabalho. A partir da década de 1970, com a chegada de organizações indigenistas e inclusive da Funai que, sob pressão, instala uma ajudância em 1976, inicia-se um processo de tomada de consciência dos direitos indígenas, apesar da falta de vontade do governo brasileiro, especialmente do direito sobre seus territórios e o usufruto exclusivo sobre eles.

Por se tratar de lutas mais amplas por direitos e liberdades, a questão indígena passa a ser inserida nos debates e articulações junto aos mais diversos movimentos: CEBs, seringueiros, ribeirinhos e camponeses por meio especial-

mente dos sindicatos. Os povos indígenas se articulam ainda em movimentos próprios conhecidos como Movimento Indígena. As lutas comuns e a busca de unidade perpassam toda a década de 1980 e se canalizam para a Constituinte, onde se manifesta de forma mais expressiva

É inegável que a luta e as mobilizações indígenas, juntamente com as organizações de apoio, foram decisivas para garantir na carta maior deste país os dois artigos sobre direitos e garantias aos povos indígenas, artigos 231 e 232 da Constituição Federal. Entretanto, e lamentavelmente, muitos não compreenderam bem, não basta garantir direitos em papel. O direito se conquista na luta e sua efetivação e aplicação só ocorrem mediante cobranças, fiscalização e lutas contínuas, ainda que sob novas estratégias. Também não podemos negar que as demarcações de terras indígenas tiveram relativo avanço neste período, mas ainda insuficiente e, quase sempre, deixando de fora do território faixas de terra essenciais à reprodução física e especialmente cultural dos povos, como lugares sagrados e de vegetação endêmica ou ainda deixando de fora cabeceiras e nascentes de rios e igarapés.

Com a abertura política e a nova forma do velho capitalismo, o neoliberalismo dos anos 1990, o movimento indígena e parte das organizações de apoio perdem, no início parcialmente, as formas clássicas de mobilização, e as estratégias do capitalismo começam a, mais uma vez, minar os focos de resistência sob uma suposta superação dos embates e o fim da necessidade das lutas. É como se anunciassem o fim da história. É a partir desta compreensão que os povos indígenas do Acre, compreendidos na região já mencionada, sofrem um brutal enfraquecimento das lutas e mobilizações inclusive na relação com outros seguimentos como os seringueiros, naquilo que havia ficado conhecido como articulação dos povos da floresta. Aparece então, como discurso do indigenismo oficial uma divisão do tempo⁽²⁾, grosso modo distribuído

(1) Inúmeros indígenas foram mortos e até povos inteiros extintos. Merece uma atenção especial e uma leitura diferenciada a situação das mulheres indígenas neste período. Alguns autores falam de “restos” de índios.

(2) A Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC passa a ser principal ONG a difundir essa idéia da divisão do tempo mesmo tendo uma importante participação na luta pelo direito à terra e outros, a partir de fins da década de 1970 e sabendo que o período não se esgotou. O governo da FPA (Frente Popular do Acre) adota a mesma divisão para evitar novas demarcações de terra e para afirmar e difundir a ideia de que a questão indígena no Acre é apenas “problema de gestão” dos próprios indígenas.

assim: **Tempo das malocas; Tempo das correrias; Tempo do cativo e Tempo dos direitos, até os dias de hoje.**

“Esse novo tempo não só tem sido marcado pelo avanço nos processos de reconhecimento e regularização das terras indígenas e conquista da autonomia da comercialização, mas também pela capacitação dos professores bilingües, agentes de saúde, agentes agroflorestais, constituição e legitimação de diferentes organizações do movimento indígena.” (Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002)

Essa divisão da história tem por finalidade justamente neutralizar as mobilizações e as lutas por direitos. Se no tempo do direito todos os direitos já foram conquistados, então por que lutar? No tempo dos direitos chegam mesmo a anunciar o “tempo do governo dos Índios” que corresponde justamente à ascensão de um grupo político, resultante de uma frente de partidos liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) conhecida como Frente Popular do Acre (FPA), que inaugura, já com a eleição de Jorge Viana para governador em 1999, o que chamaram de Florestania sob o slogan “Governo da Floresta” que permanece até hoje. O chamado tempo dos direitos vem justamente para negar direitos aos povos indígenas e desarticular suas formas de lutas.

Longe de estarmos no tempo dos direitos e menos ainda do tempo do governo dos índios, os povos indígenas continuam marginalizados e desrespeitados em todas as formas, o que passaremos a demonstrar agora numa análise rápida da atual situação no que se refere a direitos essenciais e básicos como Saúde, Movimento Indígena e Terra e Usufruto.

Saúde e Movimento Indígena

Durante a década de 1990, o movimento indígena no Acre ganha mais visibilidade e passa a ter uma importante participação na política partidária. Com a ascensão da FPA o movimento indígena se sente mais próximo do poder e muitas vezes no próprio poder, já que o então governador Jorge Viana cria a SEPI – Secretaria Especial dos Povos Indígenas, cujo Secretário escolhido foi o Sr. Francisco Pinhanta, do povo Ashaninka do Rio Amônia. A SEPI aparece como substituta do Movimento Indígena e se torna o braço do governo nas aldeias.

A pseudo aproximação com o poder trás ainda uma maior facilidade de acesso a recursos públicos estaduais e federais. Tudo dentro do novo conceito de “gestão”. A UNI/AC - União das Nações Indígenas do Acre assume um importante papel. Entretanto, a sedução levou a UNI/AC a firmar convênio, em 2000, com a Funasa para a execução das ações dos dois DSEIs, Alto Juruá e Alto Purus. Essa atitude marcaria profundamente os rumos do movimento indígena no Acre e levaria ao colapso tanto a UNI/AC quanto as demais organizações e, principalmente, levaria os povos indígenas a perderem o controle social.

Assumindo o papel de gestora dos serviços, a UNI se distancia das discussões nas comunidades, tem todo o seu

tempo voltado quase que exclusivamente para a gestão e deixa de fazer política e apresentar propostas. Por outro lado, a Funasa se vê livre para praticar seus desmandos e acusar os indígenas de ineficientes entre outras. A Funasa, ainda em 2004, se recusa a renovar o convênio com a UNI, alegando problemas administrativos e má utilização de recursos. Sem condições gerencial, política e administrativa, a UNI é oficialmente extinta em 2005.

O fim da UNI deixa um enorme vazio na política indigenista como um todo e principalmente na política de atenção à saúde, terra e educação. Há uma grande perplexidade sobre os caminhos a serem percorridos e em relação ao Movimento Indígena. Passa a ser urgente a criação de novos espaços para reflexão. Mas, esses espaços são negados e obscurecidos por força da ação político partidária que ainda atua de maneira decisiva e controla os recursos destinados à saúde e aos demais setores da vida indígena. O que se vê é um verdadeiro “proselitismo” político partidário.



A Secretaria (SEPI), que já no governo de Binho Marques passou a ser apenas uma assessoria indígena, que deveria viabilizar a presença indígena nos espaços de decisão e fiscalização, na verdade funciona como um anteparo, impedindo que os índios tenham acesso. Além disso, as lideranças indígenas afinadas com o projeto da FPA recebem salários e outros benefícios do governo, ficando impedidas de se manifestar em favor do próprio povo. Enquanto o governo escolhe alguns indígenas e uma série de pessoas ligadas a ONGs para propagandear o Governo da Floresta, como nesta foto que mostra uma reunião do governador com assessores para assuntos indígenas, setores essenciais como educação e saúde são abandonados.

Em 2011, liderados pela Federação Hunikui, cerca de 300 representantes dos mais diversos povos acamparam na sede da Funasa em Rio Branco e lá permaneceram por nove meses. Os indígenas denunciavam as péssimas condições de saúde vividas nas comunidades e o desvio de verbas destinadas à saúde indígena. Mesmo com uma ocupação tão longa, os indígenas não conseguiram avançar em suas reivindicações.

Em mais uma tentativa de serem ouvidos e para que o governo tomasse providências, os próprios indígenas realizaram o I Seminário de Saúde Indígena do Acre, de 8 a 12 de agosto de 2011, mantido com recursos próprios



e sem nenhum apoio público. Deste Fórum saiu um documento chamado Carta dos povos indígenas, cujo resultado até agora não foi visto.

Entre final de dezembro de 2011 e final de janeiro de 2012, ocorreram 22 mortes de crianças indígenas com menos de cinco anos de idade nas aldeias dos povos Madjá (Kulina) e Hunikui (Kaxinawa) da terra indígena Alto Purus, município de Santa Rosa do Purus. Todas as vítimas de diarreia e, principalmente, do descaso das autoridades. Em viagem realizada às aldeias constatamos, e eu fiz questão de me fazer presente, que o descaso é tamanho que os indígenas não dispõem sequer de água potável. A Secretaria de Estado de Saúde, por meio do Pró-Acre, distribuiu cerca de 180 filtros, mas veja na foto como foram instalados. Isso é mais uma prova de que os indígenas não têm valor neste grande mercado, ou vitrine, que quer ser o Acre.

Na educação, por falta de fiscalização, os desmandos são semelhantes. O mais cruel de toda essa realidade é que o governo se cercou dos meios de comunicação e de ONGs, além de alguns indígenas escolhidos a dedo, para construir uma gigantesca nuvem de fumaça que impede a população em geral e especialmente os financiadores estrangeiros de enxergarem a realidade. Essas fotos são do que o governo chama de escolas modelo de educação escolar indígena. As mesmas escolas, quando construídas às margens da BR 364, por exemplo, costumam ser de melhor qualidade. Afinal, se vive de propaganda!

As escolas indígenas localizadas nas cabeceiras dos



rios e igarapés, não raras vezes, se encontram em estado deplorável. O que nos choca ainda mais é saber que a parte física é a parte visível, logo, como não serão as partes invisíveis como a metodologia e o acompanhamento pedagógico dos professores?

Terra e usufruto

Se os problemas indígenas são exclusivamente de gestão, logo não faz mais sentido demarcar terras. As terras a serem demarcadas deverão tomar um destino “mais útil” e economicamente mais viável. É com essa concepção que, desde 2000, todos os processos de demarcação de terra indígena no Acre estão paralisados⁽³⁾. Três terras indígenas, a dos Nawa, a dos Apolima-Arara e a dos Kuntanawa são brutalmente questionadas na justiça. Apenas a terra dos Apolima-Arara tem o seu processo avançado por causa de uma determinação da justiça. Portanto, a única terra indígena cujo processo de demarcação não foi paralisado nestes anos todos foi a dos Apolima-Arara depois de muita briga na justiça e, mesmo assim, a terra ainda é questionada e se encontra totalmente invadida por não índios.

Se somarmos as terras indígenas a serem identificadas com as sem nenhuma providência, teremos o assustador número de pelo menos 18 terras a serem demarcadas. É neste contexto que aparece a nova forma de usurpar os direitos dos povos indígenas, com pomposos nomes entre eles os de Pagamentos por Serviços Ambientais, REDD, mercado de carbono.

A face mais cruel dessa triste realidade de indígenas sem terra em plena Amazônia é manifesta no total abandono do povo Jaminawa que, sem ter terra e nem para onde ir, fica em grande número vagando pelas ruas das cidades, especialmente em Rio Branco e Sena Madureira. Os Jaminawa, na verdade, não são apenas um povo, mas pelo menos quatro povos e são tratados pelo poder público como resto, escória da sociedade. Vivem acampados às margens dos rios e periferia das cidades em situação desumana.

O governo sempre realiza uma “operação limpeza”, quando junta os indígenas que estão principalmente na cidade de Rio Branco e os leva, segundo ele, para “suas terras”. Com isso, a única coisa que o governo consegue é aprofundar a idéia de que os índios estão nas cidades porque são preguiçosos e não querem trabalhar a terra. Mas não tem coragem de dizer que estão nas cidades justamente porque tiveram suas terras roubadas e porque o governo tem plano “mais nobre” para essas terras.

“Desde o início de 2004, a Funai prometeu mandar um GT para fazer a identificação da terra e até agora nada aconteceu.” (Depoimento do Sr. José Correia Jaminawa)

É nesta triste realidade que o governo do Estado e suas ONGs, sob pretexto de formar os indígenas para serem gestores, estão entrando nas aldeias com a mais nova

(3) Em 20 de abril de 2005 o então administrador regional da Funai, Sr. Antônio Pereira Neto, escreve à coordenadoria geral da CGID/DAF reclamando do posicionamento contrário por parte do governo do Acre, à identificação da terra indígena Guanabara, do povo Manchineri, por exemplo.

forma de se apropriar dos bens de usufruto exclusivo dos índios, sejam eles materiais ou imateriais. A arma agora são os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), especialmente o REDD. Chega a ser vergonhosa como a forma que essas ONGs e governo atuam. Primeiro, cuidaram para que nenhuma nova terra fosse demarcada. Depois, fizeram um minucioso levantamento das potencialidades existentes nas terras já demarcadas ou em vias, por meio do que chamaram de etnozoneamento e, por fim, apresentam aos povos indígenas, como única forma de remissão, os contratos de venda de carbono. Para isso o governo estadual cuidou de aprovar a lei 2.308/2010 e as ONGs iniciaram uma série de “oficinas” com algumas lideranças indígenas a fim de fazê-las acreditar que os tais contratos significam sua carta de alforria.

“Com o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), a relação com a natureza passa a ser mercantilista, ou seja, os princípios de respeito do ser humano para com a

natureza passam a ter valor de mercado e medidos nas bolsas de valores. O dinheiro resolve tudo, paga tudo. Ao aceitarem fazer contratos de REDD, as comunidades indígenas obrigam-se a ceder suas florestas por 30 anos, não podendo mais utilizá-las, sob pena de serem criminalizadas. É o “pagador” quem vai definir o que o “recebedor” pode ou não fazer; ficam subordinadas às grandes empresas transnacionais e governos internacionais. Esses “contratos de carbono” ferem a Constituição Federal, que garante aos povos indígenas o usufruto exclusivo do seu território. O povo perde a autonomia na gestão de seu território, em troca de ter os recursos naturais integrados ao mercado internacional”.(4)

Talvez a maior contribuição dos povos indígenas para a humanidade em geral seja justamente não se inserir cegamente no mercado e isto está gravemente ameaçado com o modelo defendido pelo governo do Acre, expresso claramente na inconstitucional lei 2.308/2010. ■



Situação Fundiária do Acre – dez/2011

Situação das T. Indígenas no Acre						
Registradas	Homologadas	Declaradas	Reservas/Dominiais	A Identificar	Sem providencias	Total
25 terras	00 terra	01 terras	01 terra	07 terras	04	38 terras

Situação das T. Indígenas no sul do Amazonas (Boca do Acre) e noroeste de Rondônia						
Registradas	Homologadas	Declaradas	Reservas/Dominiais	A Identificar	Sem providencias	Total
06 terras	00 terra	00 terra	00 terra	07 terras	01	14 terras

Situação das T. Indígenas do Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia (Boca do Acre e Extrema)						
Registradas	Homologadas	Declaradas	Reservas/Dominiais	A Identificar	Sem providencias	Total
31 terras	00 terra	01 terras	01 terra	14 terras	04	51 terras

OBS: Os isolados do Parque Nacional da Serra do Divisor não aparecem nessa lista por falta de relatório atualizado.

* São as que cumpriram todo o ritual previsto no decreto 1775/96, cuja última etapa é justamente o registro no patrimônio da União.

** São as terras que obtiveram a homologação através da assinatura do presidente da República.

*** São as que receberam a portaria declaratória publicada pelo Ministro da Justiça.

**** São as terras ocupadas por indígenas, mas que não são consideradas de ocupação tradicional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cimi Regional Amazônia Ocidental (1997) Relatório de sistematização 25 anos.

Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour FEM e Cimi (2002) Povos do Acre

Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour FEM (2010) Povos Indígenas no Acre. FEM, 2010.

História Indígena da Amazônia Ocidental. FEM, 2002.

Kaxinawa, Paulo Maná Joaquim e CPI/AC (2002) Índios no Acre História e Organização. MEC. 2002.

Ochoa, Maria Luiza Pinedo & Teixeira, Gleyson de Araújo (orgs.) Aprendendo com a natureza e conservando nossos conhecimentos culturais. -- Rio Branco -- Acre: Comissão Pró-Índio do Acre, 2006

(4) Posição expressa em nota pública pelo Cimi em 3 de fevereiro de 2012.

Participação popular e democracia no Acre: entre a força e a farsa

Movimento Anticapitalista Amazônico (MACA)^(*)

Dentre outras observações críticas sobre o modelo de “desenvolvimento sustentável”, a *Carta do Acre*^{[2][1]} afirmava que, “além de desprovida de amparo constitucional”, a Lei N° 2.308, de 22 de outubro de 2010, que regulamenta o Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais, foi criada “sem o devido debate com os setores da sociedade diretamente impactados por ela, isto é, os homens e mulheres dos campos e floresta”. Expunha ela assim um dos traços marcantes do “Governo da Frente Popular do Acre”: a falta de participação popular.

O governo reagiu rapidamente. Afinal, esse é um dos pontos centrais de suas propagandas voltadas ao consumo externo. Para isso, convocou os setores cooptados da “sociedade civil” a saírem em sua defesa. É o que se pode inferir da moção conjunta do Conselho de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (CEMACT), Conselho Florestal Estadual (CFE) e Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRFS), N° 001, datada de 30/09/2011.

Em “defesa do manejo florestal sustentável no Estado do Acre”, a referida moção apresentava os conselhos como “instâncias fundamentais na tomada de decisões e controle social [...] constituídos democraticamente por representantes da sociedade civil, das populações tradicionais, dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais”. Era como se a própria população acreana manifestasse, através daquelas instâncias, sua mais genuína e livre opinião.

Conselhos: participação e controle social?

Mas que “participação popular” há no Estado? Ela propicia controle efetivamente popular? Que tipo de tratamento o governo dispensa a ela?

Em tese, aqueles conselhos deveriam realmente funcionar como instâncias de participação e controle social. Porém, na prática, seu funcionamento é bem outro. Em verdade, todos os conselhos gestores no Acre não foram fruto da inclinação democrática do governo nem de demandas por mais participação social originadas na

sociedade. Eles foram criados em razão da necessidade de conseguir financiamento para áreas setoriais, como a de meio ambiente.

Ademais, cumpre dizer que o CEMACT foi instituído desprezando o “princípio de paridade” que dispõe da necessária equivalência entre órgãos estatais e representações diversas da “sociedade civil organizada”. O que deveria propiciar o aprofundamento da participação popular e do controle social. Portanto, é, no mínimo, problemático afirmar que aqueles conselhos são “instâncias fundamentais de tomada de decisão e controle social, constituídos democraticamente”.

Um rápido olhar sobre a moção aqui em foco mostra que entre 70% e 80% dos que a assinaram são vinculados ao poder estatal, seja como parte da estrutura da “sociedade política” ou como setores cooptados da “sociedade civil”. Não é preciso muito gênio para saber no interesse de quem os conselhos e a moção falam.

Com efeito, é lícito dizer que, ao longo de sua existência, o CEMACT tem atuado como um instrumento duplamente importante para o governo. Primeiro, como ratificador das políticas públicas estaduais, conferindo a elas aparência democrática. Segundo, como instrumento de controle do Estado sobre os setores da sociedade diretamente envolvidos com as políticas ambientais. Trata-se realmente de um espaço de participação, mas de uma participação subjugada, controlada, vigiada.

ONGs ambientalistas e participação tutelada

Ainda sobre a natureza do tipo de participação que supostamente asseguraria o caráter democrático do modelo de desenvolvimento do Acre, vale ressaltar a atuação de ONGs defensoras do “capitalismo verde” em favor dos controvertidos Pagamento por Serviços Ambientais e REDD.

O blog *Insurgente Coletivo* publicou no dia 6/12/2011 uma mensagem em que algumas ONGs articulavam, entre si, um seminário sobre os temas supracitados. Na mensa-

^(*) Conjugando sempre estudo, pesquisa e militância, o núcleo do Maca que assina este texto, atua no Acre, onde tem lutado em aliança com os movimentos sociais urbanos e das florestas.

gem, uma pessoa afirmava ser necessário criar “os espaços para a qualificação e apropriação de temas da ordem do dia, que incidem em **nossa relação com o governo** e em **nossa intervenção na sociedade**”.

Reconhecendo-se ignorante quanto aos assuntos, a autora da mensagem dizia que era necessário “**conhecer melhor esta Lei SISA**”^[1], de cuja regulamentação e outros objetos ainda não nos apropriamos ‘organicamente’, para opinião e posicionamento”. E, sintomaticamente, concluía: “Por favor, **não repassem este e-mail, não anunciem o seminário**, que não quero ser alvo de polêmica nem ser notícia em blogs. **O seminário agora fica como iniciativa nossa, ONGs...**”.

Embora reconheça sua ignorância sobre os temas em discussão, a autora da mensagem não hesitou em escrever, tempos antes, um texto em que defendia intransigentemente as políticas ambientais do governo do Acre e criticava duramente a Carta do Acre.

Na mensagem também sobressai a estreita relação de algumas ONGs com o governo, bem como seu modo de agir, em surdina, furtando-se aos olhos do público. Nada expressaria de modo mais lapidar a natureza da participação e do controle social em que se assentam as políticas ambientais no estado. E é exatamente esse tipo de participação, tutelada, que o governo estimula e considera legítima. Nada mais que um simulacro de democracia.

A favor das madeireiras; contra a natureza e contra as populações locais

Em 20/10/2011, momento em que a Carta do Acre repercutia muito fortemente na sociedade, os grandes madeireiros - com o apoio direto de setores do governo - promoveram uma manifestação na Assembleia Legislativa do Acre. O objetivo era defender o manejo e deslegitimar as críticas elaboradas pela Carta.

Sabendo do que os empresários madeireiros estavam planejando, moradores da Floresta Estadual do Antimary se fizeram presentes também. As galerias ficaram lotadas de moradores da Floresta Estadual e de trabalhadores das madeireiras. Houve até início de desentendimento entre uns e outros.

Os primeiros criticavam o manejo, ressaltando a destruição ambiental, a escassez de caça e pesca, a dificuldade de fazer roçado, a morte de igarapés. Também denunciavam a obstrução de ramais, por onde deveriam escoar sua produção; o desrespeito a seus direitos e o pouco valor que recebiam (quando recebiam) da venda das madeiras para as madeireiras. Os outros, mais que

as madeireiras, defendiam seus postos de trabalho. Algo compreensível. Em conversa, alguns deles diziam terem sido ameaçados por seus patrões de perder o emprego se não estivessem ali.

Enquanto os moradores da Floresta Estadual do Antimary gritavam “O povo unido jamais será vencido”, os defensores das madeireiras gritavam “Triunfo. Triunfo”, nome da empresa favorecida pelo manejo e alvo de sérias denúncias. A seu modo, o líder do governo, Moisés Diniz (PC do B), tomou parte na disputa. Disse ele na sessão: “Eu sei que vou quebrar o protocolo. Mas eu peço uma salva de palmas para o manejo”.

Vale dizer que, pelas denúncias - depois comprovadas pelo Ministério Público Estadual (MPE) - que pesavam sobre a atividade do manejo e sobre a madeireira acima citada, a atitude do deputado equivaleu a uma apologia ao crime. Isso mostrou que, para defender sua fama de ambientalmente correto, o governo não hesita em se aliar com os que destroem a floresta. Tampouco hesita em passar por cima das populações locais. No caso aqui referido, a participação apoiada pelo governo foi a das madeireiras.

A bem da verdade, a simples implantação do “manejo florestal sustentável”, mesmo que em nome das populações locais, já representa uma tomada de partido a favor das madeireiras contra a natureza e contra as populações locais.

Em 20/03/2007, ocorreu na Câmara Municipal de Rio Branco uma sessão solene com o intuito de discutir a *Campanha da Fraternidade* de 2007 da Igreja Católica cujo tema era *Fraternidade na Amazônia*. Entre os convidados para o evento, estavam o Bispo da Diocese de Rio Branco, Dom Joaquim Pertinez (personagem “apolítico” por convicção), e o Superintendente do Ibama do Acre, Anselmo Forneck. Poucos nas fileiras do governo como o Sr. Forneck conhecem os efeitos reais do manejo e, por isso mesmo, poucos como ele poderiam defendê-lo.

Indagado sobre o que achava do manejo, depois de muita relutância, o Bispo disse que era “**uma falácia muito bonita e se reduz à destruição de nossa floresta**”. E prosseguiu: “Eu costumo andar por essas reservas (extrativistas) e vejo muitas vezes a **incoerência**, pois, [...] **falando com o povo, eles (relatam) que são proibidos de derrubar uma árvore para construir sua casa...** Eu vi o **desastre** no Seringal Oriente, no Rio Purus, em Manoel Urbano. O desastre lá é muito sério”. Concluía o Bispo: “Lá tinha placa de todos os Ministérios possíveis, de todas as leis possíveis. Mas, em nome da lei, fazer tudo isso... Eu acho que não está muito certo. E, além do mais, **essa madeira vai para bem longe daqui, para a China ou qualquer outro lugar do mundo**”.

[1] Trata-se da Lei N° 2.308, de 22 de outubro de 2010, que regulamenta o Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais.

[2] Trata-se da crítica de maior repercussão sobre o modelo de desenvolvimento em curso no Acre. Pode ser encontrada neste endereço: <http://terradireitos.org.br/wp-content/uploads/2011/10/Carta-do-Acre.pdf> Ela foi fruto da oficina *Serviços Ambientais, REDD e Fundos Verdes do BNDES: Salvação da Amazônia ou Armadilha do Capitalismo Verde?*

[3] Trata-se da Lei N° 2.308, de 22 de outubro de 2010, que regulamenta o Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais.

Com simplicidade, as palavras do Bispo deixam em relevo aquilo que para muitos no Acre já é sabido. A implantação do “desenvolvimento sustentável” nestas terras 1) fez do estado uma espécie de semicolônia de grandes centros; 2) não freou a destruição ambiental; e 3) minou o domínio das populações locais sobre seus territórios, assegurando a exploração deste e de suas riquezas a empresários, sobretudo, às madeireiras vindas de fora.

E o que respondeu Anselmo Forneck? “E quanto ao manejo, o **manejo**, eu sempre digo, **é uma incógnita**, ainda. **É uma atividade econômica em curso há muito pouco tempo e eu acho que é muito prematura uma opinião fechada em relação a este assunto.**”

Com que base então apregoar a sustentabilidade do modelo e apresentá-lo ao mundo como referência? Como pode, com base numa incógnita, o governo acreano submeter à exploração até 6 milhões de hectares de nossas florestas? Foi com base numa incógnita que o governo brasileiro, ainda com Marina Silva no comando do Ministério do Meio Ambiente, criou a Lei 11.284/2006 que permitirá à indústria madeireira se apropriar e explorar até 50 milhões de hectares de “florestas públicas” na Amazônia?

Côncios da importância e das fragilidades do bioma amazônico, não podemos reputar a política do “manejo sustentável”, na magnitude em que ela vem sendo implementada, senão como uma irresponsabilidade sem tamanho. Foi com razão que o MPE pediu, meses depois das denúncias feitas pela Carta do Acre e por várias organizações antes dela, a suspensão do Plano de Manejo da Fazenda Ranchão II.

E quando a participação é efetivamente popular?

Em 2008, o então senador - e agora governador - Tião Viana (PT) alterou, sem consultar a população, a hora oficial do Acre. Arbitrário, o ato suscitou muito descontentamento. Aproveitando a trapalhada, a oposição propôs um referendo pelo qual, em 2010, a população foi chamada a decidir se queria que a hora voltasse ao que era ou se permanecia como estava.

No referendo, com 56, 87% dos votos, decidiu-se pela volta da hora. Os eleitores desfizeram democraticamente o que o senador havia feito arbitrariamente. Então, os representantes do governo levantaram muitos argumentos contra o referendo. Disserem-no inválido, que a oposição havia “politizado a questão” etc. Outra vez, agiram arbitrária e autoritariamente. Jogaram o referendo na lata do lixo, junto com toda a legitimidade que a vontade popular é capaz de conferir a uma votação. No momento (março do corrente ano), o senador Aníbal Diniz (PT) propõe novo referendo para que a população decida, mais uma vez, sobre o que já foi decidido.

Ao que parece, para eles, alterar a hora oficial do estado sem consultar a população é legítimo. A população decidir, por si mesma, se quer ou não a alteração é

ilegítimo. Desrespeitar a vontade da população, manifesta nas urnas, é legítimo. Respeitá-la, não. É clara a intenção de vergar a vontade popular à força.

Para nós, o tema é emblemático sobre a situação - ou ausência - da democracia no Acre, bem como explícita o tratamento que o governo dispensa à participação popular quando esta contraria seus planos. Claro está que democracia, para ele, é o resultado de um pleito que lhe seja favorável.

Consideremos, hipoteticamente, que a proposta de outro referendo seja aprovada e que o resultado desse outro referendo seja igual ao primeiro. Quem garante que também este não será desrespeitado? Talvez fique o governo a propor referendos sem fim, até conseguir o resultado que ele acha “democrático”, isto é, que lhe favoreça. Nesse cenário, uma pergunta se faz imperativa: se não respeitaram o resultado das urnas sobre o referendo, aceitarão perder a prefeitura de Rio Branco ou o governo do Estado que, politicamente, pesam bem mais?

Há, contudo, a possibilidade de uma vitória governista em outro referendo. Certamente, agora, o governo investiria muito mais esforços e recursos para isso. Além do mais, a força do hábito que, no primeiro momento, foi-lhe desfavorável, agora, já passado bom tempo desde a mudança da hora, poderia pesar a seu favor.

Mas também pode ser que não. Pode ser que o eleitor guarde a proporção do desrespeito à sua vontade que isso representa e opte, mais uma vez, pela hora como era. De qualquer forma, independentemente do resultado, a proposta de outro referendo representa, já, uma derrota para a democracia no Acre. E demonstra também, de forma cabal, o tratamento que no Acre o governo dispensa à participação efetivamente popular e não tutelada.

Hegemonia em declínio

A derrota que o governo sofreu no referendo faz parte de um processo mais amplo de perda de legitimidade. Como se sabe, a Frente Popular do Acre (FPA) chega ao poder estatal quando, por força do acirramento dos conflitos sociais, os representantes políticos das oligarquias locais já não podiam assegurar a manutenção de seus interesses. Havia um fortalecimento “dos de baixo” e certo enfraquecimento “dos de cima”. Os “conturbados” governos de Edmundo Pinto (1991-1992), Romildo Magalhães (1992-1994) e Orleir Camely (1995-1998) davam claros sinais disso.

Esses anos representam, no campo da sociedade política, um período de estiolamento governamental, expresso, principalmente, na incapacidade de os governos darem respostas satisfatórias às reivindicações da sociedade e na desobediência administrativo-financeira legada da década anterior, bem como na resignação quanto às possibilidades de desenvolvimento no estado (SOUZA: 2005: 39).

À testa das lutas de resistências que foram gestadas durante os “anos de chumbo” - especialmente a luta pela terra liderada pelo sindicalismo rural - o PT foi crescendo

e se consolidando como um partido que articulava as lutas de massas com as disputas eleitorais, tal como ocorreu no Brasil em geral. Bem articulado no âmbito da “sociedade civil” (grêmios estudantis, associação de moradores, sindicatos, ONGs, CEBs etc.), chegou, enfim, ao governo estadual liderando a FPA. Dessa forma, ele pôde aliar a influência que exercia sobre a “sociedade civil” ao poder estatal recém-conquistado.

Contudo, contrariando a esperança daqueles anos, ele opta por fazer o que as antigas forças políticas, sozinhas, não podiam fazer. Garantiu a manutenção dos interesses das oligarquias - e de capitais estrangeiros - em condições favoráveis. Para tanto, foi fundamental a influência exercida sobre a “sociedade civil”. Dela, o governo estimulou e cooptou vários setores. Os recalitrantes foram isolados ou submetidos a um contínuo e ostensivo patrulhamento.

Durante alguns anos, as forças governistas foram relativamente bem-sucedidas nesta empresa de garantir ordem estável e zelar pelos interesses das antigas e novas oligarquias e do capital forâneo. É bem verdade que nunca suplantaram as resistências, nem poderiam, mas também nunca passaram susto ou aperto. Nesse sentido, o atual quadro político traz algumas novidades.

Hoje, elas estão internamente acuadas pela oposição de direita, que cresce em força a cada eleição. Cresce significativamente também o questionamento vindo dos povos da floresta, a quem o governo diz representar. As críticas e denúncias ao modelo de desenvolvimento aqui implantado já circulam o Brasil e o mundo (a Carta do Acre já conta com versões em inglês e em espanhol), fugindo ao seu controle mais imediato.

De outro lado, fortemente impulsionado pelo fracasso do modelo de desenvolvimento implantado no estado (ver dados em *Acre + 13: economia “esverdeada”, vidas e florestas (em) cinzas*), há o florescimento daquilo que chamamos “subversivismo”, expressão colhida em Gramsci e usada aqui a nosso modo.

Trata-se de um rico e diverso conjunto de movimentos cuja “radicalidade” ou “moderação” varia caso a caso. Movimentos fragmentados, pouco articulados, sem coloração ideológica precisa ou mesmo nenhuma, espontâneos, autônomos, imprevisíveis. Em geral, eles têm atuado por fora das organizações controladas pelo governo, como partidos, sindicatos e associação de moradores. Suas reivindicações são diversas e se acumularam ao longo dos anos. Vão desde a suspensão do manejo à reforma agrária; da melhoria na infraestrutura dos bairros de fora do centro à luta por serviços sociais de qualidade.

Isso traz um colorido especial ao atual quadro político no Acre. Mobilizações e protestos não apenas sem o PT (partido que mais fortemente marcou a cultura política “dos de baixo”), mas contra o PT e seus partidos aliados-subordinados. Ou, mais precisamente, contra os interesses e projetos que hoje eles encarnam no governo. Isso lhes tem criado, nas mais diversas latitudes do estado, embaraços sem conta.

O momento da coação em primeiro plano

Com a hegemonia em declínio, resta ao governo recorrer mais sistemática e ostensivamente ao uso da coação a fim de dobrar os insubmissos e silenciar as críticas.

Isso explica:

- A pressão exercida sobre os moradores das Reservas Extrativistas, para que aceitem o manejo madeireiro e digam que ele é bom;

- A pressão que foi exercida sobre organizações que assinaram a Carta do Acre, para que retirassem sua assinatura;

- A tentativa de impedir que a imprensa cobrisse a audiência pública sobre irregularidades na Floresta Estadual do Antimary;

- A suspensão do programa de rádio *Resistência*, apresentado por Osmarino Amâncio, seringueiro que é também um dos principais críticos do manejo. Tão logo souberam que Osmarino estava com o programa, os agentes estatais deram um jeito de sabotá-lo. O programa foi ao ar somente uma vez. Todavia, o tempo foi suficiente para que Osmarino recebesse dezenas de cartas em que seringueiros contavam a verdadeira história das Reservas e do “manejo sustentável”;

- O impedimento de que exemplares da Revista nacional *Isto é* circule em solo acreano. Em um número, a revista mostrava a relação dos políticos do governo com a empreiteira responsável pela construção da BR-364, rodovia já tantas vezes envolvida em denúncias de superfaturamento. Já no nº 2188, de 19/10/2011, a revista denunciava os crimes do manejo.

Numa situação assim desfavorável, o governo não hesita sequer em usar a violência para impor sua vontade à população. É o que nos ensina o fato ocorrido no Bairro 6 de Agosto, semi-periferia da capital acriana.

Era 21/02/2012. Última noite de carnaval. Os moradores da rua principal do bairro referido reivindicavam o religamento da energia que, sem justificativa plausível, a Eletrobrás havia cortado. Não tendo sido coberto pelas águas da enchente - que como muitos sabem foi devastadora esse ano - aquele trecho de rua, os moradores, após ligarem para a companhia responsável pelo fornecimento de energia sem nada resolverem, decidiram protestar pacificamente. Fecharam uma ponte que dava acesso ao local onde o governo promovia os festejos de carnaval.

Assessores do governo foram ao local conversar com os manifestantes, e lá não passaram mais que 20 minutos. A partir daí a conversa (não negociação!) ficou por conta dos militares. Capitão Giovanni, provavelmente o oficial mais capacitado da PM do Acre para negociações, em algo em torno de 20 minutos de conversa, asseverou aos moradores: se não “desobstruísem” a ponte, eles, os militares, o fariam, de uma maneira ou de outra.

Depois chegou o comandante Anastácio. A polícia de elite do estado já estava no local, a COE (Comando de Operações Especiais). Em pouco tempo de conversa, o

comandante disse que “desobstruíssem” a ponte, se não, eles, os militares, o fariam, de uma ou de outra maneira. O comandante é homem de inegável religiosidade. Como o capitão antes dele, porém, não estava lá para negociar nada. Tinha ido ali “desobstruir” a ponte, da maneira como fosse.

Todo o protesto não demorou mais que 2 horas, tempo que para uma “negociação” é irrisório. E já a polícia, sob ordens do governador Tião Viana, jogou bomba de efeito moral e atirou balas de borracha nos manifestantes, ferindo menores, mulheres e pessoas idosas (ver fotos abaixo). Por sorte não feriram as crianças presentes no local, já que o manifesto era feito por famílias que deixaram seus lares unicamente para requerer a energia que fora cortada sem justificativa plausível.

Por tudo o que vimos, é possível dizer que, aos que se permitem tutelar, o governo reserva a tarefa de simular



Fonte: http://bloggerkarate.blogspot.com.br/2012_02_27_archive.html

participação popular a fim de dar aparência democrática a seus projetos. Aos outros, que insistem em pensar e agir por si mesmos, a coação, cujo uso é cada vez mais recorrente. Por um lado, a farsa; por outro, a força.

Em verdade, Gramsci já ensinara que, nesses momentos de perda de legitimidade, o uso da força é o recurso mais à mão. Coisas como as acima relatadas mostram que, no seio do grupo político que hoje comanda o Estado, a força da razão cedeu lugar à razão da força. Mesmo a “participação de fachada” e a preocupação com a aparência democrática são postas de lado. Tragicamente para o governo, o uso de tal recurso tem por efeito deixar a dominação ainda mais explícita e intolerável, o que pode inflamar ainda mais as resistências.

Nosso tempo é, assim, um misto de sombra e luz. Um momento de desconstrução e construção, ideal para um acerto de contas com a história. Parece estarmos entre o crepuscular de um tempo e o alvorecer de outro. Embora não saibamos o que virá, convém não temer. A poesia diz o mais.

Aurora (Israel Pereira Dias de Souza)

Ferido pelos homens,
O tempo - antes tão sábio e paciente,
Tão impávido a seguir seu rumo e ritmo -
Anda instável e demente.
Ultimamente, escurece em hora qualquer.
O calendário caducou,
Seguido pelos relógios de pulso
E de parede.
Parece aproximar-se o crepúsculo.
Em tempos assim, aos que, ansiosos,
Aguardamos a aurora, não convém
Apenas encantar-se com o
Balé das chamas.
Ou simplesmente ter o fogo ao pé de si,
De modo a aquecer-se em seu calor fraternal.
Importa deitar lenha à fogueira.
Vigiemos. E venha o que vier.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- GRAMSCI, Antônio. Escritos políticos (2005). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SOUZA, Israel Pereira Dias de. “Reformas do Estado” e discurso florestânico no governo da “Frente Popular”: entre a epopéia e a tragédia (2005). Rio Branco: UFAC/Brasil. (Monografia de Graduação em Ciências Sociais).
- SOUZA, Israel Pereira Dias de. Eleições 2010: um olhar a partir “dos de baixo” (2010). <http://ambienteacreativo.blogspot.com/2010/10/eleicoes-2010-um-olhar-partir-dos-de.html>
- SOUZA, Israel Pereira Dias de. Hegemonia em declínio e subversivismo no Governo da FPA (2011). <http://associacaosociologosac.blogspot.com/2011/07/hegemonia-em-declinio-e-subversivismo.html>
- SOUZA, Israel Pereira Dias de. Amor nos tempos da cólera: notas sobre democracia no Acre (2011). <http://insurgente coletivo.blogspot.com.br/2011/10/amor-nos-tempos-da-colera-notas-sobre.html>
- SOUZA, Israel Pereira Dias de. A hora da democracia no Acre (2012). <http://altino.blogspot.com.br/2012/03/hora-da-democracia-no-acre.html>
- SOUZA, Israel Pereira Dias de. Defesa do manejo: peleguismo em larga escala, ameaças e apologia ao crime (2011). <http://insurgente coletivo.blogspot.com/2011/10/defesa-do-manejo-peleguismo-em-larga.html>
- SOUZA, Israel Pereira Dias de. Tião, um governo trapalhão... e déspota (2012). <http://insurgente coletivo.blogspot.com.br/2012/03/tiao-um-governo-trapalhao-e-despota.html>
- MACA. Conselhos no Acre: aparência democrática e irresponsabilidade na defesa do manejo (2011). <http://www.ac24horas.com/2011/11/23/conselhos-no-acre-aparencia-democratica-e-imprudencia-na-defesa-do-manejo/>
- ONGs se articulam, em surdina, para defender projetos de mercantilização da natureza e da vida no Acre (2011). http://insurgente coletivo.blogspot.com.br/2011/12/ongs-se-articulam-em-surdina-para_06.html
- Governador manda polícia meter bala nos desabrigados na 6 de agosto. http://bloggerkarate.blogspot.com.br/2012_02_27_archive.html



Entrevista com Dercy Teles de Carvalho Cunha

Entrevista realizada por Israel Pereira Dias de Souza em 17 de março de 2012 na sede do STR de Xapuri

Dercy Teles de Carvalho Cunha é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, posseira no Seringal Boa Vista, colocação Pimenteira. Está exercendo o seu terceiro mandato como Presidente desse Sindicato, o primeiro foi em 1981/82, antecedendo a Chico Mendes, os dois últimos tiveram início em junho de 2006. Sua gestão tem se notabilizado pela luta em defesa da autonomia sindical, forte oposição a exploração florestal madeireira e demais iniciativas governamentais voltadas para “esverdear” a economia, como o Pagamento por Serviços Ambientais. Dercy foi a primeira mulher a assumir a presidência de um Sindicato de Trabalhadores Rurais no estado do Acre e uma das primeiras também no Brasil.

ISRAEL: o movimento de vocês surge em razão de que? Por que vocês lutavam?

DERCY: Olha, no início da década de 1970, iniciou-se a ocupação dos seringais tradicionais, né, pelos novos donos do Acre, denominados de pecuaristas que vieram do sul e do centro sul do país pra desenvolver a pecuária extensiva no Estado, em função da falência do extrativismo da borracha. E com essa novidade, com essa nova ocupação, os seringueiros ficaram, ameaçados, né, de perder o seu local de trabalho, ou seja, a colocação, que é a unidade de produção e moradia das famílias no seringal. O seringal em si é um conjunto dessas unidades, né, que se denominam seringal e isso tava ameaçando a vida de muita gente inclusive uns foram expulsos, pelos capangas dos novos donos da terra, os fazendeiros. Isso causou um transtorno muito grande, tanto a nível urbano como rural porque as cidades começaram a inchar e não tinham condições de absorver, essa nova demanda que se aglutinavam nas periferias. Os que conseguiram se manter, começaram a se mobilizar e com a ajuda da igreja católica, né, começaram a organizar-se em grupos de evangelização refletindo a vida a partir, né, dos trechos do evangelho, aonde a própria, os coordenadores, os padres e freiras, colocavam Jesus como revolucionário dando o exemplo de que tudo isso poderia mudar a partir de uma luta organizativa.

Então em 1977, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, no dia nove de janeiro, através de uma delegacia regional da CONTAG que se instalou no, Acre/Rondônia. Essa delegacia atendia os dois estados, e, essa luta foi tomando corpo, de uma forma institucionalizada através do Sindicato. A nossa luta tinha um objetivo de garantir a posse da terra, ou seja, o direito dessas famílias e das populações tradicionais de permanecer na terra, com a sobrevivência garantida a partir da exploração dos recursos da natureza que não é só a borracha e a castanha. Tem esses recursos que são aproveitados, muitas vezes só para subsistência e outras para serem comercializados, como as sementes, as cascas de árvore que muitas vezes as pessoas comercializam pra produzir os remédios homeopáticos.

E essa luta ao longo dos anos foi se fortalecendo e se percebendo a necessidade de outros instrumentos. Uma das deficiências da população que era um agravante era questão do analfabetismo, porque isso dificultava a comunicação, ou seja, era difícil você socializar as informações porque não podia por nada no papel que as pessoas não sabiam ler. Então, foi pensado um projeto de alfabetização pra adulto, com um material didático adequado, utilizando todas as palavras do cotidiano dessa população. Isso facilitou. Em seis meses tinham pessoas lendo e escrevendo. E aí foi surgindo a questão do cooperativismo como instrumento viabilizador da comercialização da produção, a questão da saúde.

Então, a gente chegou num momento, que nós tínhamos pessoas habilitada a fazer os primeiros socorros da própria comunidade, como também os educadores da própria comunidade. Iniciou com pessoas, com agentes externos, e, dado o tamanho da demanda, se verificou que seria impossível ter agentes externo disponíveis pra atender toda a demanda. Daí foi se inserindo as pessoas da própria comunidade que foi muito interessante porque as pessoas se alfabetizaram e se transformaram em alfabetizadores ao mesmo tempo, eles aprendiam e ensinavam. Hoje tem pessoas dessa época que tá com o nível superior concluído e continua ainda na escola

trabalhando como professor. Infelizmente, numa outra metodologia porque a nossa metodologia era baseada, no método de Paulo Freire, que além de ensinar a leitura, a escrita e as quatro operações de matemática também discutia a vida, os problemas que afligia a vida e mostrava indicadores de como sair daquela situação.

ISRAEL: *a luta de vocês foi muito dura, mas vocês também obtiveram vitórias, dentre elas a implantação das reservas extrativistas. O que significou, em termos concretos, a implantação das reservas extrativistas pra vocês? O que elas visavam?*

DERCY: Como te falei ao longo dessa construção a gente ia descobrindo passo a passo algumas necessidades. As reservas extrativistas foram uma necessidade de se encontrar uma forma de regularização fundiária adequada a realidade dos extrativistas. E se denominou de reserva extrativista, mas a finalidade dessa reserva, o principal objetivo dela era garantir a subsistência, ou seja, a continuidade da subsistência dessas populações tradicionais, sem ter esse fim exclusivo da preservação. É claro que a preservação ela estava inserida no projeto porque sem floresta não tem população tradicional ou vice-versa, mas o principal objetivo era garantir a sobrevivência dessas populações e melhorar a qualidade de vida a partir dos cuidados com a saúde, educação... enfim, qualidade de vida é um termo amplo que pra se ter qualidade de vida, a gente precisa ter saúde mental, ambiental e social. E era esse o objetivo da reserva extrativista, que infelizmente, a partir do início do “governo da frente popular” foi desvirtuado esse objetivo. Hoje viver na reserva extrativista significa você estar atrelado a uma série de limites, que eu, particularmente, sempre digo que a existência dessa classe ela tá ameaçada por falta de espaço pra continuar vivendo e praticando as atividades que é de tradição dela.

ISRAEL: *Então quais as principais mudanças que ocorreram no uso da reserva extrativista em relação ao que se pretendia com ela e em relação ao que ela é hoje no “governo da frente popular” do Acre?*

DERCY: Olha, apesar de dizerem que na relação dos seringueiros com os seringueiros, era uma relação de escravidão, eu considero que apesar da exploração que ainda permanece, porque nós estamos numa sociedade capitalista e uma sociedade capitalista não sobreviveria se não existisse o explorado e o explorador. Mas uma das coisas que mudou significativamente, foi a liberdade de se usufruir dos bens comuns. A população tradicional,

ou seja, os seringueiros, quem mora na floresta, sempre utilizou a técnica rudimentar de usar o fogo pra limpar a área de produção de subsistência e hoje sem que tenha se levado outra alternativa que substitua essa técnica - e isso é um agravante porque sem produzir o sentido que se tem de viver na zona rural é você ter a alimentação básica garantida, ou seja, você ter certeza de que quem trabalha na terra não passa fome - essa população fica cada vez mais ameaçada em função de uma recomendação do Ministério Público Estadual que determina “fogo zero” pra todo o estado, inclusive a partir desse ano de 2012.

ISRAEL: *Então o fogo zero tá vinculado àquilo que eles tão chamando de “bolsa verde”?*

DERCY: Exatamente. E como alternativa pra substituir o uso do fogo, o governo disponibilizou uma compensação chamada “bolsa verde” que equivale a cem reais mensais o que é insuficiente em qualquer situação pra a sobrevivência de uma pessoa imagina de uma família....

“Desenvolvimento não é apenas abrir um ramal de qualquer forma que quando chove quem tá dentro não sai quem tá fora não entra, não significa colocar uma rede de energia que passa noventa e cinco por cento do tempo chuvoso desligada porque não tem como a empresa que faz a manutenção ter acesso porque os ramais não funcionam. Então eu não consigo entender qual é esse, e aonde é que tá essa sustentabilidade.”

ISRAEL: *O que é o “desenvolvimento sustentável” pra quem vive na floresta?*

DERCY: Olha, é uma boa pergunta. Eu ouço cotidianamente se pronunciar esse “desenvolvimento sustentável” mas é uma coisa que não se consegue ver. Ele é como eu diria, invisível esse desenvolvimento, porque o que a gente sabe que o desenvolvimento chegou pra alguns, principalmente pros que já tinham estão tendo mais. Mas pra população do setor rural a gente não consegue visualizar esse desenvolvimento a não ser as casas que foram construídas com o crédito disponibilizado pelo INCRA, o chamado crédito de habitação ou “auxílio moradia”. O mais a gente não consegue visualizar porque desenvolvimento significa melhorar a qualidade de vida, você ter acesso a algumas políticas que ajudem a melhorar a vida das pessoas, a saúde, a educação adequada a realidade de vida daquela população, enfim, ramais (estradas vicinais) com trafegabilidade

garantida o ano inteiro, mercado disponível pra comercializar a produção.

Enfim, desenvolvimento significa isso, não é apenas abrir um ramal de qualquer forma que quando chove quem tá dentro não sai quem tá fora não entra, não significa colocar uma rede de energia que passa noventa e cinco por cento do tempo chuvoso desligada porque não tem como a empresa que faz a manutenção ter acesso porque os ramais não funcionam. Então eu não consigo entender qual é esse, e aonde é que tá essa sustentabilidade. Porque sustentabilidade é quando você garante todas essas, essas políticas que eu mencionei pra gerar o bem

estar, né, sem transtornar o meio. Porque falam de uma sustentabilidade e ao mesmo tempo, o foco da política é de desenvolvimento através da chamada exploração madeireira das florestas da reserva, né.

ISRAEL: Vocês já sentem impacto desse tipo de exploração? E quais são eles?

DERCY: Olha, os impactos eles já foram demonstrados a partir dos avanços da pecuária no estado, que abriu grandes áreas e isso já mudou um pouco o clima, mudou todo o comportamento da natureza, antes a gente conseguia mais ou menos se planejar por que havia um período que chovia mais e um período que chovia menos. Hoje isso não é mais possível porque o tempo, o clima, está desordenado, né, quando a gente pensa que vai fazer verão é chuva quando pensa que vai chover faz verão. Então, é uma coisa que já se alterou com a, instalação da pecuária no estado e isso se agrava cada dia mais com essas políticas chamada de “desenvolvimento sustentável” que de sustentável não tem nada. Porque a construção de açude é uma atividade que também interfere no ciclo da natureza, as barragem também são atividades que interferem. A cada ano que passa a gente percebe que a natureza está se modificando e conseqüentemente isso atinge a vida da população, especificamente a vida da população tradicional porque não tem mais um tempo certo pra plantar a sua agricultura de subsistência. Antes se plantava o feijão em março agora só se pode plantar em abril porque em março ainda ta chovendo muito, aí quando planta em abril o verão vem e não deixa a plantação se desenvolver e por aí vai.

ISRAEL: Em 2010 o governo do Acre aprovou a Lei 2.308, que cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA e também já tem um acordo entre Acre e Califórnia e Chiapas. Uma das principais críticas a essas ações do governo foi que ele fez tudo isso sem nenhuma participação popular, entretanto ele alega que teve participação popular sim. Os moradores da floresta tiveram alguma participação?

DERCY: Olha, em Xapuri eu posso te afirmar que eu desconheço essa participação. Pelo menos de 2006 pra cá, não houve nenhum diálogo nesse sentido de consultar essa população a respeito desse assunto. Quando ele, quando o governo fala que teve a participação é em função das entidades que foram constituídas, pelo movimento social organizado e que hoje estão a serviço desse governo. Eu sempre digo, eu estou no sindicato desde 2006, desde junho de 2006, como presidente. Todas as assembleias ordinárias que a gente realiza eu coloco um ponto na pauta que são outros assuntos pra as pessoas poderem se manifestar a respeito do quê que eles querem que se discuta, que se reivindique. Em nenhum momento alguém colocou na pauta eu quero discutir o manejo madeireiro, eu quero me beneficiar dessa política. E eu já, já procurei nos arquivos das gestões anteriores se tem alguma deliberação de assembléia, porque eu como presidente eu

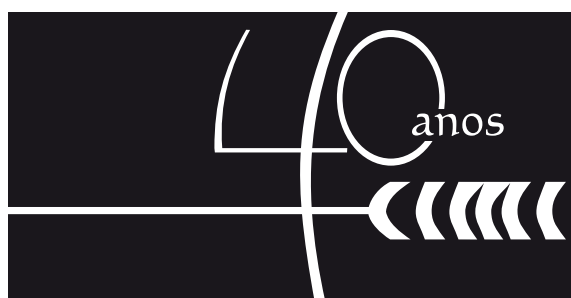
só posso falar em nome do sindicato se eu consultar a assembleia e eles me autorizar a dizer que tão de acordo com determinada situação. Se eu não tiver com isso em ata, e eu comprometé-los, eu estou sendo irresponsável porque estou apenas representando o que eu penso mas não o pensamento do conjunto.

ISRAEL: Você acha que políticas de pagamento por serviços ambientais vão favorecer a vida de vocês?

DERCY: Em hipótese nenhuma, porque essas políticas só vem a amordaçar a vida dessas pessoas. Elas ficam sem vez sem voz. Sem voz porque assinam um contrato que é no mínimo de trinta anos. Disponibiliza a área de moradia delas por trinta anos pra que o governo e as multinacionais pesquise e se usufruam de todo o conhecimento da área por uma mixaria que é insignificante. E o mais grave ainda é que elas não podem mais mexer na área, elas não podem mais pescar, elas não podem mais tirar madeira para seu uso, elas não podem mais caçar, elas não podem mais nada. Eu tenho acompanhado o desenvolvimento dessas políticas, inclusive no Pará, que tem situações aonde um morador foi preso por abater uma árvore pra fazer uma canoa pra pescar. Então, na minha opinião, essas políticas nada mais é do que o confinamento dessas populações dentro do seu próprio território, fazendo com que futuramente elas desistam, porque não faz sentido você viver no meio de uma floresta sem poder usufruir dos bens que ela te oferece. A vida não faz sentido. E essas bolsas que tão sendo disponibilizadas nem que fosse de um milhão de reais, mas ninguém vive parado num canto porque a vida perde a razão, né, você vai se sentir inútil, não tem como a pessoa viver parada só comendo e olhando pra mata sem poder fazer tudo aquilo que ele cresceu fazendo, pescando, caçando, andando, fazendo sua roça, etc.

ISRAEL: Quais são os principais desafios das lutas de resistência na floresta e como que vocês tem se organizado pra enfrentá-los?

DERCY: O principal desafio é grande. Primeiro porque a gente não tem pessoas com essa habilidade de conhecimento pra fazer o debate com quem não tem informação do assunto, enquanto que o governo tem essas pessoas fazendo esse trabalho de convencimento. O movimento é uma gota d'água no oceano porque a maioria das lideranças se passaram pra defender os interesses do governo. Então o desafio é imenso e a gente precisa estar buscando uma forma de encontrar uma estratégia de atingir um público maior, de fazer um tipo de formação pra facilitar o entendimento do quê que isso significa na vida das pessoas pra que se possa trabalhar no combate. As vezes eu penso que é difícil e talvez a gente não tenha tempo suficiente pra formar mais pessoas pra ampliar o leque de pessoas fazendo esse trabalho de informação de esclarecimento. Mas mesmo assim eu acho que vale a pena lutar. É melhor você fazer a sua parte do que depois se arrepender de não ter feito nada. ■



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

**SDS – Ed. Venâncio III – Salas 309/314
CEP 70.393-902 – Brasília-DF
Tel: (61) 2106-1650 – Fax: (61) 2106-1651
www.cimi.org.br**



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

**SDS – Ed. Venâncio III – Salas 309/314
CEP 70.393-902 – Brasília-DF
Tel: (61) 2106-1650 – Fax: (61) 2106-1651
www.cimi.org.br**